

**FACULDADE ALVES FARIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU***  
**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**Edrobe Soares Ferreira de Andrade**

**ENSINO SUPERIOR EM SÃO LUÍS DE MONTES BELOS:  
POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE LOCAL**

**GOIÂNIA**  
**MARÇO DE 2016**

**FACULDADE ALVES FARIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU***  
**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**Edrobe Soares Ferreira de Andrade**

**ENSINO SUPERIOR EM SÃO LUÍS DE MONTES BELOS:  
POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade Alves Faria para obtenção do título de Mestre.

**Linha de Pesquisa:**

Análise e Políticas de Desenvolvimento Regional

**Professor Orientador:**

Prof. Dr. Alzino Furtado de Mendonça

**GOIÂNIA**  
**MARÇO DE 2016**

**FACULDADE ALVES FARIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU***  
**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**Edrobe Soares Ferreira de Andrade**

**ENSINO SUPERIOR EM SÃO LUÍS DE MONTES BELOS:  
POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade Alves Faria para obtenção do título de Mestre.

**Aprovado em:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Alzino Furtado de Mendonça - ALFA  
(Orientador)

---

Dra. Cíntia Neves Godoi - ALFA

---

Dra. Marciana Cristina da Silva - FMB

**GOIÂNIA**  
**MARÇO DE 2016**

A553e

Andrade, Edrobe Soares Ferreira de.

Ensino superior em São Luís de Montes Belos: possíveis contribuições para a sociedade local / Edrobe Soares Ferreira de Andrade. – Goiânia, 2016.

58f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Alzino Furtado de Mendonça.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade Alves Faria - ALFA, Goiânia, 2016.

1. São Luís de Montes Belo (GO) – Ensino Superior. 2. Ensino Superior. 3. Desenvolvimento local. I. Título.

**CDU: 378(817.3)**

*Dedico essa dissertação aos meus pais,  
Agnaldo Soares de Andrade e Elza Maria de Andrade,  
pelo apoio financeiro...*

*A minha esposa,  
Mizaela Costa Siqueira Paulino Andrade  
e a meus filhos,  
Joabe Siqueira Paulino Andrade e Eloá Siqueira Paulino Andrade,  
por me apoiarem na realização deste mestrado....*

*Dedico este trabalho aos meus alunos,  
pois é por eles que tenho a perspectiva de aprimorar meus conhecimentos:  
a todos vocês dedico meu esforço.*

*Agradeço a Deus, meu protetor,  
a meus pais, minha esposa, filhos e a meus amigos.*

**RESUMO**

ANDRADE, Edrobe Soares Ferreira. **Ensino superior em São Luís de Montes Belos:** possíveis contribuições para a sociedade local. 2016. 57 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Faculdade Alves Faria, Goiânia, 2015.

Esta dissertação apresenta um estudo sobre o Ensino Superior em São Luís de Montes Belos, buscando identificar suas contribuições para o desenvolvimento da sociedade local. A presença de instituições de ensino superior na cidade de São Luís de Montes Belos-GO, nos últimos vinte anos, caracteriza o município como um polo universitário, o que confere relevância a este estudo, que tem como foco o surgimento, crescimento e as reais contribuições do ensino superior para o desenvolvimento sociocultural da cidade. Metodologicamente, recorre-se à pesquisa qualitativa, com a realização de entrevistas junto a pessoas que foram os precursores do Ensino Superior em São Luís de Montes Belos. Também foram entrevistados os atuais diretores das Instituições de Ensino Superior e aplicado um questionário a uma amostra de alunos do universo pesquisado. Ao discutir a presença da educação superior em São Luís, em suas relações com a sociedade, em geral, e, em especial, com as demandas do mercado de trabalho, esta investigação faz um registro da história do ensino superior em São Luís, nestes últimos vinte anos, destacando suas contribuições para a sociedade local.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento local. Educação Superior. Interiorização do Ensino Superior. Qualificação profissional.

## ABSTRACT

ANDRADE, Edrobe Soares Ferreira. **Higher education in São Luís de Montes Belos: possible contributions to the local society.** 2016. 57 p. Dissertation (Master in Regional Development) - Graduate Programs *Stricto Sensu*, College Alves Faria, Goiânia, 2015.

This paper presents a study about higher education in São Luís de Montes Belos, seeking out to identify its contributions to the development of the local society. The presence of higher education institutions in the city of São Luís, in the last twenty years, characterizes the city as a university center, which gives relevance to this study, which focuses on the emergence, growth and real contributions of higher education to the socio-cultural development of the city. Methodologically, refers to the qualitative research interviewing people who were the forerunners of higher education in São Luís de Montes Belos. Current directors of higher education institutions were interviewed too and applied a questionnaire to a sample of students of the universe researched. Discussing the presence of higher education in São Luís, in its relations with society in general and, in particular with the demands of the labor market, this research makes a record of the history of higher education in São Luís, in the last twenty years, highlighting their contributions to the local society.

Keywords: Local Development. College education. Internalization of Higher Education. Professional qualification.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### GRÁFICOS

Gráfico 1– Evolução da população de São Luís de Montes Belos .....	37
Gráfico 2 – IDH de São Luís de Montes Belos .....	38
Gráfico 3 – Local de nascimento dos alunos .....	44
Gráfico 4 – Onde moram, atualmente, os alunos pesquisados .....	45
Gráfico 5 – Auxílio transporte .....	46
Gráfico 6 – Motivo da escolha do curso.....	47
Gráfico 7 – Quem paga as mensalidades .....	48
Gráfico 8 – Motivo da escolha das IES de São Luís de Montes Belos .....	49

### QUADROS

Quadro 1 – Quantidade de alunos formados pelas IES de São Luís .....	43
--	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM GOIÁS ...</b>	<b>12</b>
1.1 O Ensino Superior no Estado de Goiás: as primeiras iniciativas .....	12
1.2. A expansão do ensino superior durante o governo militar .....	17
1.3 A Educação Superior a partir da Nova República .....	19
<b>2 AS IES DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS .....</b>	<b>26</b>
2.1 O município de São Luís de Montes Belos .....	26
2.1.1 Aspectos físicos.....	27
2.1.2 Aspectos demográficos .....	28
2.2 O Ensino Superior em São Luís de Montes Belos.....	28
2.2.1 A criação da Unidade Universitária da UEG em São Luís de Montes Belos .....	29
2.2.2 A criação da Faculdade Montes Belos (FMB) .....	34
<b>3 CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR PARA A SOCIEDADE LOCAL .....</b>	<b>36</b>
3.1 Procedimentos metodológicos.....	36
3.2 Análise dos dados e discussão dos resultados .....	36
3.2.1 Dados do IBGE sobre São Luís de Montes Belos .....	36
3.2.2 A visão dos mantenedores das IES .....	39
3.2.3 A visão dos gestores educacionais das IES.....	40
3.2.4 A visão de alunos e ex-alunos.....	44
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>51</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM MANTENEDORES DAS IES .</b>	<b>54</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM GESTORES DAS IES .....</b>	<b>55</b>
<b>APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS E EX-ALUNOS.....</b>	<b>56</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação propõe uma análise sobre o Ensino Superior em São Luís de Montes Belos, cidade localizada no Estado de Goiás, tendo como relevância, dentre outros fatores, oferecer elementos que possibilitem refletir sobre o seu surgimento e expansão, realizando, sobretudo, um registro do legado cultural destes últimos vinte anos.

Diante da acelerada expansão do ensino superior, nos últimos vinte anos, chegando o município a se caracterizar como polo universitário, destacamos a ausência de estudos sobre a estruturação desta modalidade de ensino, em São Luís de Montes Belos. O estudo deste tema poderá nos levar a descortinar como ocorreu a gênese, crescimento e as reais contribuições do ensino superior para o desenvolvimento sociocultural da região, bem como para as possíveis perspectivas quanto a sua evolução e impacto de expansão do conhecimento científico junto à sociedade.

Ao nos depararmos com duas décadas de Ensino Superior em São Luís de Montes Belo, fomos motivados a escolher este tema por não haver nenhum registro sistematizado sobre a sua história, uma vez que temos conhecimento do interesse por parte da comunidade acadêmica e demais cidadãos em saber como ele surgiu e como se deu esse processo evolutivo durante todo esse tempo, e o que levou São Luís de Montes Belos a ser considerado, hoje, um polo universitário. Estas são algumas indagações que tentamos responder neste trabalho.

Realizamos, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica para suporte teórico, em autores como Dourado (2001, 2003), Gazzola (2004), Araújo (2004), entre outros, que são pesquisadores que muito têm contribuído com trabalhos referentes à expansão, políticas educacionais e financiamento do Ensino Superior em Goiás.

Foram consultadas, também, fontes documentais da Universidade Estadual de Goiás, Unidade de São Luís de Montes Belos (UEG-São Luís); da Faculdade Montes Belos (FMB); da Universidade Católica de Goiás (polo de extensão da PUC Goiás) e Universidade Federal de Goiás (UFG), como atas, decretos, leis, portarias, artigos e outros. Dessa forma, o trabalho faz uma busca de dados nos documentos sobre educação superior na cidade, buscando compreender a história do ensino superior e como o mesmo concorre para o desenvolvimento local.

A implementação do Ensino Superior em São Luís de Montes Belos parece ter influenciado nas mudanças socioculturais da cidade, justamente o que a pesquisa pretende verificar, principalmente pela aplicabilidade do conhecimento científico nas atividades culturais, econômicas e no setor produtivo, exercendo importante papel na qualificação de obra local. Percebe-se que, nos últimos vinte anos, São Luís de Montes Belos vive uma crescente mudança socioeconômica e

cultural, no nosso entendimento, decorrente da implantação das instituições de ensino superior. Mas esta é, apenas, uma hipótese, que carece de comprovação a partir de dados empíricos que nos ofereçam evidências dos vínculos entre educação e desenvolvimento social. Então, podemos formular o seguinte problema de pesquisa: Em que medida o ensino superior tem contribuído para o desenvolvimento da cidade de São Luís de Montes Belos?

Para responder à questão colocada, definimos como objetivo geral desta pesquisa analisar a presença do Ensino Superior em São Luís de Montes Belos, nos últimos vinte anos, e suas contribuições para o desenvolvimento local.

São objetivos específicos:

- conhecer o surgimento das instituições de ensino superior em São Luís de Montes Belos;
- caracterizar a oferta de cursos superiores e sua relação com as demandas locais;
- levantar os motivos que levam os acadêmicos a escolherem essas instituições.

Em uma abordagem específica desse tema para ampliação deste estudo, recorreremos à pesquisa qualitativa, entrevistando algumas pessoas que foram os precursores do Ensino Superior em São Luís de Montes Belos, as quais contribuíram com este trabalho. Também foram entrevistados os atuais diretores das Instituições locais de Ensino Superior e aplicado questionário a uma amostra de alunos do universo pesquisado.

Para a realização da pesquisa foram utilizadas as pesquisas bibliográfica, documental e de campo para a elaboração de um arcabouço teórico e levantamento de dados que nos ajudem a responder a alguns questionamentos sobre o ensino superior em São Luís Montes Belos-Go.

A pesquisa documental, segundo aponta Gil (2008), além de analisar os documentos de primeira mão, como arquivos de igrejas, sindicatos, instituições, utiliza-se, também, daqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações. Dessa forma, o trabalho faz uma busca de dados nos documentos sobre a educação superior, bem como realiza algumas entrevistas com pessoas ligadas à educação superior e, também, junto à comunidade acadêmica, pois sabemos que, por meio do depoimento da sociedade, podem ser identificadas as contribuições do ensino superior para esta localidade.

Como sou professor e moro na região há bastante tempo, procurei entender como a cidade tem crescido e de que forma o ensino superior em São Luís de Montes Belos foi fundamental para esse crescimento. Ao me deparar com o mestrado e ao ter a oportunidade de pesquisar a nossa região e o seu crescimento, quis buscar no ensino superior a contribuição que ele dá a esse crescimento.

O desenvolvimento do trabalho está organizado em três capítulos:

O **primeiro capítulo** apresenta o contexto em que se deu o processo de interiorização e expansão do Ensino Superior em Goiás, discutindo a legislação pertinente.

No **segundo capítulo** é apresentada uma síntese histórica da criação e formação da Cidade de São Luís de Montes Belos, identificando as iniciativas de instalação do ensino superior nesta cidade.

Já o **capítulo terceiro**, juntamente com os procedimentos metodológicos, apresenta as possíveis contribuições dos vinte anos de ensino superior em São Luís de Montes Belos.

# **1 O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM GOIÁS**

Este primeiro capítulo propõe uma análise descritivo-interpretativa acerca da implantação do ensino superior no Estado de Goiás e dos cenários políticos que perpassaram esse processo, em meio ao anseio popular que acreditava que a estruturação desse nível de ensino seria um fator de desenvolvimento econômico. É analisado o período entre os meados do século XX até a fundação da Faculdade Montes Belos, em 2002, com o intuito de compreender o processo de interiorização do ensino superior no Estado de Goiás.

## **1.1 O Ensino Superior no Estado de Goiás: as primeiras iniciativas**

O Estado de Goiás passou, ao longo do século XX, por uma profunda mudança em seu cenário sócio-político e cultural, resultando no processo de modernização que culminou na implantação de instituições de ensino superior (IES) no estado. Porém, o anseio pela criação dessas instituições surgiu já no final do século XIX e no início do século XX, quando havia uma concentração de esforços políticos em busca da efetivação desse desejo, o qual era visto como forma de superação do atraso econômico em que o Estado de Goiás se encontrava naquela época. Isso pode ser exemplificado com a agricultura de subsistência ou com a monocultura latifundiária, além dos meios de transporte precários, que impediam que o estado se integrasse efetivamente ao principal eixo econômico brasileiro, a região sul-sudeste.

Por causa desse contexto de atraso nos meios de transporte, no final do século XIX e início do século XX, os meios de comunicação também eram profundamente atingidos. O estado se encontrava à margem do processo de desenvolvimento do Brasil desde a época imperial. Pensando nesses fatores, a elite goiana buscava meios de ligar a província a outras regiões do país, melhorando, também, o sistema interno de transportes, por meio de alternativas como a navegação e a ferrovia, o que ocorreria bem mais tarde. “Somente em 1911, no entanto, é que efetivamente começou a construção de trilhos em território goiano” (MOREIRA, 2007, p. 46), e apenas em 1952, 480 km de trilhos foram concluídos ligando Goiânia à Araguari, cidade mineira próxima à fronteira de Goiás.

No final do século XIX, mais exatamente em 1898, foi criada a primeira instituição de ensino superior em Goiás – na então capital da província, Cidade de Goiás -, a Academia de Direito de Goyaz, onde foi ministrado o curso de Direito, de 1903 a 1915.

Moreira (2007, p. 71) salienta que “Sua reabertura deu-se pelo decreto estatual nº. 1740, de 28 de dezembro de 1931. Mesmo enfrentando todas as dificuldades, esse curso teve um papel de destaque na educação superior em Goiás, sendo incorporado à Universidade Federal de Goiás por ocasião de sua criação em 1960”.

Com a instalação do Estado Novo, o Presidente Getúlio Vargas buscava a centralização do poder nas mãos do Estado e, por meio dessa tomada de direção, trabalhava em função da modernização do país, como explica Moreira (2007, p. 33):

As mudanças em Goiás têm sua gênese na Marcha para o Oeste (MACHADO, 1990; DOURADO, 2001). Esse movimento surge no esforço modernizante do governo de Getúlio Vargas, para alterar o sistema de poder econômico, político e social da Velha República. Como suporte ideológico, havia uma concepção que focava no fortalecimento do Estado Nacional e, conseqüentemente, no projeto nacionalista, a solução para os males nacionais e, evidentemente, para os locais.

Com a chamada Marcha para o Oeste, o estado experimenta um forte impulso rumo a sua modernização. A esse contexto soma-se a decisão de se transferir a Capital do Estado da Cidade de Goiás para Goiânia, o que ocorreu em meados da década de 1930. A esse respeito, Machado (apud MOREIRA, 2007, p. 33) esclarece que:

Goiânia se transformou no símbolo do progresso que o Estado passa a vivenciar neste momento. Além de representar uma nova mentalidade administrativa que racionalizava a ação do Estado, tornou-se o polo irradiador da mentalidade progressista/modernizadora que se instalara. A Goiás, símbolo do atraso, se contrapõe Goiânia, símbolo do progresso. Mudam-se valores, hábitos, ideias e Goiás avança, se moderniza.

Além disso, outro fato merece destaque: a construção de Brasília dentro do território goiano. Todos esses acontecimentos trouxeram profundas mudanças para a sociedade goiana. A primeira delas é que essa sociedade já não era mais a mesma, ou seja, esses fatores impulsionaram um intenso processo migratório para a região Centro-Oeste, principalmente para o Estado de Goiás.

Sua cultura começava, portanto, a se diversificar e se modificar com os novos conhecimentos trazidos por aquelas levas migratórias, o que se refletia também na economia. Acorriam para a nova capital federal e para o território goiano, com o intuito de suprir as necessidades de sua manutenção, trabalhadores capazes de lidar com técnicas de produção modernas, as quais modificaram a antiga estrutura econômica do estado, como, por exemplo, a atividade agrícola latifundiária baseada na monocultura, sua principal fonte de divisas. As técnicas antigas de lidar com a terra foram abandonadas em nome do agronegócio, o qual, por

sua vez, abriu espaço para as agroindústrias. “O cerrado, antes considerado um espaço pobre e inapropriado para a prática da agricultura intensiva, assumiu a condição de espaço privilegiado para plantio e colheita de safras, que batem recordes sucessivos” (MOREIRA, 2007, p. 37-38). A partir do momento em que as terras goianas passam a ser tratadas como um espaço de grande potencial agrícola, novas técnicas e tecnologias foram agregadas a esse processo de produção, como máquinas e implementos agrícolas, além de pessoal qualificado para trabalhar nesse novo cenário.

Tudo isso trouxe e gerou capital para o estado e, também, necessidades, como a criação de IES, já que o novo tipo de economia que se delineava carecia de trabalho qualificado, por vezes, adquirido dentro das IES. De acordo com Dourado (2001, p. 40), as políticas implantadas no Estado Novo (1937-1945) causaram mudanças no sistema econômico brasileiro, desestruturando a elite oligárquica da época que se apoiava no modelo agrário exportador, o qual cedeu espaço para “a crescente urbanização e a emergente estruturação do parque industrial brasileiro”. No Estado de Goiás, no entanto, não ocorreu

[...] a superação do modelo oligárquico, [mas] a alternância entre grupos desse setor possibilitou a incorporação do Estado ao movimento econômico do centro-sul, pela expansão da fronteira econômica e, sobretudo, pela implantação dos transportes, com a conclusão da estrada de ferro. A dinamização da economia goiana, no período, fruto da marcha para o Oeste, foi significativa especialmente para o sul e sudoeste do estado, que passaram a ocupar papel central nessa economia (DOURADO, 2001, p. 40).

Todas essas mudanças, ocorridas principalmente nas décadas de 1930 e 1940, tiveram como ápice a elevação de Goiânia a polo urbano comercial, e foi com essa mudança na configuração da capital goiana que o ensino superior se consolidou no estado “[...] a construção de Goiânia e a transferência da capital no final da década de 1930 (23/03/1937) impulsionaram a expansão da educação superior mediante a organização e estruturação das escolas superiores existentes: Escola de Direito de Goyaz, Escola de Pharmacia e Escola de Odontologia” (MOREIRA, 2007, p. 72).

A estruturação do ensino superior goiano esteve em consonância com as políticas de desenvolvimento econômico empreendidas pelo governo de Vargas, as quais se refletem no Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931, no qual podemos perceber a tentativa de consolidar um estreito vínculo entre a Universidade e o desenvolvimento nacional:

Elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em quaisquer domínios do conhecimento humano; habilitar ao exercício das atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do



indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade (FÉTIZON apud PENIN, 2004, p. 115).

Percebe-se, portanto, que a estruturação das primeiras instituições de educação superior no Estado de Goiás se insere no contexto de mudanças ocorridas na década de 1930. Porém, enquanto as primeiras universidades brasileiras eram criadas, unindo os cursos superiores profissionalizantes implantados ainda no século XIX – já em número de duas no início da era Vargas (1930) e chegando a cinco, além de dezenas de faculdades isoladas, no último ano desse governo -, os goianos só teriam suas primeiras universidades no final da década de 1950. O período que se segue à Ditadura de Vargas é o chamado populismo e, em seus primeiros anos (1945-1950), modificou sua forma de intervencionismo estatal, mascarado, de certa maneira, sob a aparência antiditatorial e antintervencionista que a política da época queria demonstrar se contrapondo à anterior. Porém, o governo continuava interferindo na economia em nome do setor privado nacional e internacional (DOURADO, 2001). Nesse sentido, Ianni (apud DOURADO, 2001, p. 37) afirma que

Nos anos 1946-50 o poder público continuou a desempenhar papéis decisivos na economia do país. Ocorre que a direção dessa atividade se havia alterado, alterando-se, em consequência, também os instrumentos e os conteúdos ideológicos. Mesmo a omissão do poder público, quando houve, ela pode ter sido uma omissão deliberada, com sentido.

Segundo Cunha (2000, p. 171), a dominação ideológica das massas populares, a intensificação dos processos de industrialização e a ascensão do populismo “foram os primeiros fatores determinantes das mudanças no campo da educação escolar”. Nesse mesmo sentido, como explica Dourado (2001, p. 39), por meio da utilização de processos ideológicos que enfatizavam a identidade governo-povo e questões sociais como saúde, educação e habitação, o governo conseguia apoio da população aos processos políticos da época. No que tange às políticas educacionais, “o discurso expansionista adotado, sobretudo o relativo ao ensino superior, [foi usado] como fator de progresso e desenvolvimento no período” (DOURADO, 2001, p. 39).

Com a volta de Vargas ao poder (1950-54), “foram tomadas medidas pelo Estado no sentido de produzir a equivalência dos cursos profissionais ao secundário, para efeito de progressão no sentido escolar” (CUNHA, 2000, p. 171), ou seja, havia duas estruturas distintas de ensino médio: o de ramo secundário para a elite, própria para o ingresso no ensino

superior, e os de ramos profissionais para as classes menos favorecidas, que ora não permitiam o acesso ao próximo nível de ensino, ora restringiam os cursos possíveis. Isso favoreceu a expansão do ensino superior, na medida em que houve o interesse do governo federal em ampliar esse nível de ensino em função da necessidade de profissionais qualificados para o desenvolvimento econômico do país, juntamente com uma ampliação do número de candidatos aptos a ingressarem nesse nível de ensino.

De acordo com Cunha (2000), durante o populismo, foram tomadas medidas para a expansão do ensino superior, por meio da criação de faculdades, da gratuidade dos cursos das instituições federais e da federalização de instituições privadas e estaduais, o que favoreceu o crescimento do setor público, sendo que tanto as faculdades federais quanto as privadas foram beneficiadas por políticas que culminaram em seus agrupamentos em universidades.

Os últimos anos do populismo foram decisivos para o ensino superior em Goiás, na medida em que foram criadas as primeiras instituições universitárias no estado. Primeiramente, ocorreu uma tentativa fracassada da Assembleia Legislativa goiana, por meio de iniciativa do então Governador, Coimbra Bueno (1947-1950), que aprovou a Lei n. 192, de 10 de novembro de 1948, autorizando a criação de uma universidade estadual em Goiás” denominada de Universidade do Brasil Central (MOREIRA, 2007, p. 76). A sociedade goiana estava intensamente interessada na criação de uma universidade no estado. Sua movimentação se fez em duas frentes, uma organizada pela Igreja Católica, a qual pretendia criar uma instituição com liberdade de ensino, porém, particular, e pela Maçonaria, que, por sua vez, defendia o ensino público e laico.

[...] A maçonaria acusava a Igreja Católica de estar boicotando a aprovação da UFG, uma vez que, considerada a realidade do Estado e da própria capital, entendia-se que Goiás não comportava duas universidades (à época). Por outro lado, a Igreja Católica nunca defendeu a educação superior pública e gratuita, tanto é que no período de 1945 a 1960 cria as suas instituições universitárias no país [a Universidade Católica foi a primeira universidade privada do Brasil] (BALDINO, 1991, p. 89).

Dourado (2001) releva que esse embate tinha amplitude nacional, e Moreira (2007, p. 76) completa que dos “acirrados conflitos, até mesmo físicos, ficaram as recordações e as vitórias, pois, de certa forma, os dois grupos saíram vencedores”. Isso porque a Universidade de Goiás, hoje, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, foi criada em 1959 e a Universidade Federal, em 1960.

Enquanto isso, o governador do Estado de Goiás, Mauro Borges Teixeira, buscando o desenvolvimento econômico dessa unidade federativa, criou as duas primeiras instituições estaduais de nível superior:

[...] A Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (Facea), criada pela Lei nº. 5, de julho de 1961, começou a funcionar efetivamente em 6 de maio de 1962. A escola superior de educação física (Esefego), com a lei de criação datada de meio de 1962, teve efetivo funcionamento a partir de novembro do mesmo ano. Os dois primeiros cursos oferecidos pelo governo de Goiás visavam atender a uma demanda de profissionais e no caso de Anápolis, então principal centro econômico do Estado, o profissional economista e, no caso de Goiânia, a formação de professores de Educação Física (MOREIRA, 2007, p. 77).

Percebemos, portanto, que a história do desenvolvimento da educação superior em Goiás está intrinsecamente ligada à política federal e estadual. Além disso, desde o princípio, o desenvolvimento econômico foi o principal alvo de sua concretização.

## **1.2. A expansão do ensino superior durante o governo militar**

A partir da década de 1970, o capitalismo tem passado por mudanças em seu próprio cenário ocasionadas por aspectos como a globalização da economia, a 3ª Revolução Industrial, a maior concorrência comercial internacional e a decadência do Estado do Bem-Estar Social. O momento de transição do capitalismo foi marcado pela substituição do modelo de desenvolvimento do fordismo pela nova ordem econômica mundial que se delineia até hoje. O modelo fordista de desenvolvimento se baseava na intervenção do Estado na economia, cujas bases estavam alicerçadas na relação oferta e procura. Com a saturação de bens de consumo duráveis no mercado, essa relação não consegue mais obter o efeito desejado e os Estados se veem possuidores de uma grande estrutura e com gastos acima de suas capacidades (SILVA JUNIOR, 1996).

[...] Desenha-se, então, a crise do Estado de Bem-Estar Social, dos próprios regimes social-democratas e principia-se a defesa à volta das “leis naturais do mercado” mediante as políticas neoliberais, que postulam o estado mínimo, fim da estabilidade de emprego e corte abrupto das despesas previdenciárias e dos gastos em geral, com as políticas sociais (FRIGOTTO apud SILVA JUNIOR, 1996, p. 17).

A racionalização dos gastos e a valorização de espaços rentáveis pelo Estado atingem o ensino superior. No Brasil, a contextualização desse período coincide com a implantação do regime militar ditatorial (1964-1985). Já no final dos anos 60, observamos a “reforma

educacional dos anos ditatoriais, expressa na Lei nº. 5.540 de 1968, o fenômeno que marca a política educacional brasileira. Tal reforma universitária foi iniciada nas universidades federais pelos Decretos-leis n.º 53/66 e 252/67” (SILVA, 2002, p. 63).

Essa reforma se pautava em políticas em prol da redução de gastos, do desenvolvimento econômico e de interesses políticos de cunho ideológico ditatorial, o que se refletiu na expansão do ensino superior privado no país. Dessa forma, a universidade modificou seu conceito de instituição social e passou a ser mais um tipo de empresa que, tal como as demais, deve gerar lucros para se manter no mercado competitivo. A partir daí, o ensino superior público passou a enfrentar dificuldades relacionadas ao seu orçamento e a sua identidade, já que se antes a sociedade se curvava a ele por causa do conhecimento passado e gerado pelo mesmo, agora o mercado passa a ditar o que, como e quando quer a geração de um novo conhecimento ou a forma como os profissionais devem ser formados. Com o golpe militar de 1964, a ambiguidade de favorecer as instituições de ensino superior privadas e as públicas aumentou:

Os governos militares radicalizaram essa ambiguidade. As universidades públicas receberam recursos que permitiram a montagem do ensino pós-graduado e a institucionalização da profissão docente; os câmpus universitários foram edificadas, com laboratórios e facilidades inéditas em nosso país; novas universidades federais e estaduais foram criadas, e as antigas expandiram as suas atividades. Por outro lado, as instituições privadas receberam incentivos diretos e indiretos, que, aliados à representação majoritariamente privatista do Conselho Federal de Educação, propiciou novo surto de expansão (CUNHA apud MOREIRA, 2007, p. 55).

Como afirma Dourado (2001, p. 30), a expansão, porém, foi mais acentuada no setor privado, na “década de 60 e, sobretudo, após a Reforma Universitária de 1968 (Lei nº. 5.540/68) [...] organizado sob a forma de estabelecimentos isolados”.

A expansão do ensino superior foi um desdobramento natural da reforma universitária e uma consequência da política do Estado para a educação. A expansão fazia-se necessária, em primeiro lugar, para dar suporte aos projetos de desenvolvimento traçados pelo estado e, em segundo, para atender à demanda reprimida por mais vagas nesse nível de ensino. A reforma universitária legitimou a presença do ensino particular ao estruturar o ensino superior brasileiro sobre a forma jurídica de autarquia, fundação ou associação (FONSECA apud CUNHA, 2001, p. 46).

O Governo militar desejava que o país se modernizasse por meio da industrialização e acreditava que o ensino superior era de vital importância, pois nele seriam formados os profissionais que iriam trabalhar por esse ideal; mas esse governo via um perigo latente: a

universidade é um espaço de reflexão e o que ele menos queria é que a população fosse crítica, visto que isso poderia prejudicar a estabilidade do governo ditatorial que ansiava pela manutenção dos interesses dominantes. Portanto, na década de 1960, enquanto o país via deslanchar a expansão do ensino superior, o Estado de Goiás assistiu a uma pequena expansão por meio da criação das duas primeiras faculdades públicas estaduais e de uma faculdade privada. Segundo Ribeiro (apud DOURADO, 2001, p. 53), a suspensão da autonomia da UFG resultou no afastamento de professores e funcionários acusados de serem adeptos do comunismo e na demissão do reitor.

De acordo com Lima (2007), o início da década de 1980 foi marcado por uma intensa crise econômica mundial, que culminou no agravamento da crise brasileira, criando um cenário de desemprego, inflação e escassez de recursos públicos para investimentos, inclusive na área educacional, entre outros pontos. O governo federal buscou ajuda do Fundo Monetário Internacional perante essa crise e acabou se submetendo às suas imposições, que tinham por base uma política de contenção de gastos, a qual atingiu a educação superior. Nesse sentido, esse nível de ensino passou a sofrer cortes de gastos, enquanto o ensino superior privado foi incentivado. Em 1981, foi encaminhado ao presidente João Figueiredo, pelo então Ministro da Educação, Rubem Ludwig,

[...] solicitação para proceder ao controle da expansão das escolas de ensino superior, avaliar a organização do sistema e fixar novos critérios para sua expansão, através da ‘expedição de um decreto com vistas a ser sustentada a autorização de novas escolas ou cursos, até 31 de dezembro de 1982’, sendo prontamente atendido, através do decreto nº 86.000/81 (DOCUMENTA apud LIMA, 2007, p. 99).

Na década de 1980, a sociedade brasileira, cada vez mais engajada, cria forças em suas reivindicações contra o regime militar, lutando com mais ênfase pela democratização da sociedade, de seus espaços sociais, bem como o da educação superior.

### **1.3 A Educação Superior a partir da Nova República**

Em 1985, ocorreram as eleições indiretas que elegeram Tancredo Neves e seu vice Jose Sarney para a presidência – era o fim da Ditadura Militar. Com a morte do presidente eleito, Sarney assumiu a presidência em 15 de março de 1985 – começa a “Nova República”.

A interiorização das faculdades é fruto do interesse pelo desenvolvimento regional pautado na expansão da educação superior pelo interior do estado. “Avolumam-se, então, os atos de criação de faculdades estaduais, de fundações municipais e de outras instituições de

ensino superior no Estado, sobretudo nas cidades consideradas polos econômicos” (DOURADO, 2001, p. 17). Em Goiás, ocorreram algumas mudanças importantes relativas ao ensino superior: “[...] a expansão e criação de universidades e escolas isoladas pelo poder estadual e a implantação de fundações de ensino superior pelos municípios” (DOURADO, 2001, p. 55). Tais mudanças já começaram a ser delineadas no final dos anos 1970, como é demonstrado por Baldino (1991, p. 262), por meio do seguinte contexto de ensino superior goiano em 1979, isto é, com quase dez anos da reforma universitária: “(a) surgiram novas IES; (b) iniciou-se o que se tem denominado processo de interiorização, ainda que modesto; (c) surgiu a primeira experiência de fundação municipal de ensino superior; (d) as IES privadas, que até 68 eram três, chegaram ao número seis, portanto, um crescimento de 100%”.

Essas fundações municipais apresentavam em seu esboço os traços da privatização, pois eram criadas para atender a interesses de instituições de ensino privadas, as quais buscavam convênios com as prefeituras para terem maior facilidade de conseguir a concessão de autorização dos cursos, já que as instituições municipais de educação superior buscavam a autorização no Conselho Estadual e as instituições privadas tinham que obter tal procedimento junto ao Conselho Federal de Educação (CFE), hoje Conselho Nacional de Educação (CNE).

Além disso, as fundações também eram escolhidas por gozarem de autonomia financeira e administrativa, tendo um elo mais fraco de dependência com o poder público. Acerca desse mesmo aspecto, a criação de faculdades pelo poder municipal se apresentava em dissonância com a realidade, na medida em que os ensinos fundamental e médio ainda não haviam sido plenamente estruturados.

A maioria das escolas municipais funciona ainda em ranchos de palha ou na residência do professor; muitas escolas construídas, recentemente, não possuem o mínimo de equipamentos necessários; o nível de formação de professores é baixíssimo. Pior que o dos professores estaduais. Aliado a esses problemas destaca-se um agravante maior: o baixíssimo salário pago aos professores municipais. Em 136 municípios goianos os professores ganham menos que o salário mínimo. Desse modo, entende-se que, se o município não tem condições de pagar um salário digno aos professores do ensino de 1º grau, não pode, portanto, assumir os encargos com um 3º grau (BRASIL apud DOURADO, 2001, p. 58).

Enquanto o poder público municipal expandia suas faculdades isoladas na década de 1980, entre 2 e 5 de setembro de 1986 acontecia, em Goiânia, a IV Conferência Brasileira de Educação (CBE) e a reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), que defendiam, entre outros pontos, a democratização do ensino em todos os níveis e contavam com a participação de diversas entidades educativas.

Apesar dos debates que antecederam a Nova Constituição, promulgada em 1988, nota-se, no capítulo destinado à educação, a base ideológica neoliberal:

[...] em seu Artigo 207, estabeleceu que ‘as universidades gozam de autonomia didático-financeira, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão’. Ainda, no Artigo 209, I e II, define que o ‘ensino é livre à iniciativa privada’, atendendo às normas gerais da educação ‘nacional’ e conseqüentemente, ‘autorização e avaliação da qualidade pelo Poder Público’ e ainda em seu Art. 203, quando afirma que ‘os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas’ (LIMA, 2007, p. 111).

Na década de 1990, o neoliberalismo ganhou maior abrangência nas políticas brasileiras, inicialmente com o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) e, posteriormente, com o de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em que

[...] visualizou-se o incremento do processo de privatização e o Estado passou a ter uma administração pública de caráter gerencial e flexível, em que o cidadão passou a ser visto como consumidor; introduziram-se, nas funções públicas, os valores do mercado; transferiu muitas das funções do Estado para a iniciativa privada, tendo em vista as orientações e recomendações dos organismos multilaterais, em especial o Banco Mundial (LIMA, 2007, p. 117).

O Governo FHC também defendeu a formação de profissionais para o mercado de trabalho e a articulação entre universidades, empresas e instituições científicas como meio daquelas primeiras conseguirem mais verbas por meio da pesquisa e da extensão comercializadas com essas duas últimas, apontando, assim, para o redimensionamento das políticas educacionais em prol da desobrigação do Estado com esse nível de educação, cabendo ao Estado o papel de avaliador desse sistema.

Fernando Henrique Cardoso indica, como ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato Souza, o qual apontou, em sua posse, o seguinte quadro de educação superior:

Os principais problemas então detectados podem ser agrupados em cinco áreas: o tamanho do sistema, extremamente modesto para as dimensões e necessidades do país; o processo de credenciamento de novas instituições, burocrático e cartorial, o que gerou um sistema sem competição e de baixa qualidade, com reservas de mercado que significavam enormes lucros para os empresários da educação; a falta de sistema abrangente de avaliação da graduação; o desafio de modernizar o ensino de graduação, superando as distorções e o conservadorismo que se instalaram no sistema; e, finalmente, a ineficiência no uso dos recursos públicos nas instituições federais, apesar de sua qualidade superior às demais e do seu papel relevante na pesquisa (MOREIRA, 2007, p. 57).

Segundo Lima (2007), a intenção era que os resultados levassem as instituições de educação superior mal avaliadas a prestar contas à sociedade, além de ser um método de avaliar e monitorar as políticas educacionais sem a participação das entidades representativas desse nível de educação. Essa proposta de avaliação foi muito criticada por seus altos custos, sua técnica e pedagogia, por privilegiar apenas um instrumento de avaliação, centrando os resultados na avaliação de desempenho dos estudantes no final de seus cursos. Em 1996, entra em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que possibilitou a pretendida diversificação das IES, que, em sua maioria, direcionavam-se apenas ao ensino. Com essa reforma, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão restou apenas para as universidades públicas e/ou comunitárias (LIMA, 2007):

A generalidade e a flexibilidade da LDB, como guarda-chuva das reformas pontuais, possibilitaram ao MEC editar normas complementares via decretos e portarias. Foi o caso do decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997, revogado e substituído pelo decreto 2.306, de 19 de agosto do mesmo ano. Ele estabelece distinções inéditas para o sistema de ensino superior brasileiro: IES públicas, IES privadas sem fins lucrativos e IES privadas com fins lucrativos. Ele põe a nu o que o artigo 45 da nova LDB encobria e que estava presente na versão anteriormente aprovada no Senado em seu artigo 43, isto é: Art. 4º quanto à sua organização acadêmica, as instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino classificam-se em: I – universidades; II – centros universitários; III – faculdades integradas; IV – faculdades; V – institutos superiores ou escolas superiores. Mais: consegue finalmente tornar realidade o destino de todos aqueles que há mais de uma década vinham lutando para instaurar no sistema universitário brasileiro a distinção entre universidades de pesquisa e universidades de ensino (grifos dos autores) (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI apud MOREIRA, 2007, p. 61).

Na década de 1990, o Estado de Goiás caminhou no mesmo sentido do fortalecimento das políticas neoliberais e consequente expansão das instituições de educação superior privadas, que ora se configuram como modelos conservadores, ora tendem a se enquadrar na “forma mais imediatista à demanda por diploma, a fim de atender às exigências do mercado do trabalho e da produção” (SILVA, 2002, p. 22), caracterizando-se, assim, por acatar as políticas educacionais desse momento histórico. Silva (2002), porém, adverte que a política educacional desenvolvida pelo governo do estado se tornou contraditória, visto que as alianças políticas possibilitaram a criação da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Com relação à implantação de educação superior privado em Goiás, nesta década, observa-se a criação de diversas universidades e faculdades isoladas, principalmente na capital do estado, Goiânia, onde o número dessas instituições quadruplicou (SILVA, 2002), o que evidencia o papel de democratização e interiorização na criação da UEG.



Em meio a esse contexto de incentivo à educação superior particular e à privatização indireta do público através do estímulo dado à venda de serviços pelas universidades, às vezes como única forma de manutenção, o governo do Estado de Goiás continuou criando faculdades estaduais na década de 1990 nas seguintes cidades: Quirinópolis (1993), Jaraguá (1994) Luziânia (1998) São Miguel do Araguaia (1998), Jussara (1998) e Itaberaí (1998). As faculdades estaduais se encontram distribuídas por quase todas as regiões do estado, indicando seu processo de interiorização.

De acordo com Moreira (2007, p. 66), a LDB de 1996 apresentou três inovações que deram suporte “[...] para criação e a consolidação da Universidade Estadual de Goiás [...]: o estabelecimento dos sistemas estaduais de educação superior, a criação dos cursos sequenciais e a exigência de formação mínima para os professores da educação básica”. A descentralização da organização da educação superior culminou na consolidação dos sistemas estaduais desse nível de educação, sendo que “cada um dos estados e o distrito federal podem constituir sistemas próprios” (MOREIRA, 2007, p. 66), coordenados pela União por meio do Sistema Federal de Educação Superior.

Silva (2002) analisa a situação complexa dos profissionais em meio ao contexto da implantação da UEG em relação ao processo de elaboração da LDB/1996, que determina “que os professores, em efetivo exercício, deveriam, até o final da Década da Educação (1996-2006), concluir curso de licenciatura” (MOREIRA, 2007, p. 69), salientando que essa lei não direciona investimentos prioritários à educação superior, mas obriga muitos professores que não têm formação superior a procurarem cursos desse nível de educação por medo do desemprego. Em Goiás, “chegava a um índice de 68% dos professores que atuavam de 1ª à 8ª série do ensino fundamental sem formação de nível superior”. (SILVA, 2002, p. 22).

Essa disparidade levou à criação de um movimento integrado por diversas entidades educacionais, que reivindicavam a criação da UEG, uma universidade que atenderia gratuitamente a essa classe de trabalhadores da educação fundamental. Esse movimento veio a somar-se com outros encabeçados por organismos educacionais, como a União Estadual dos Estudantes (UEE), que teve a criação da UEG como bandeira de luta desde sua reestruturação, em 1985, e a Associação dos Docentes do Ensino Superior, a qual elaborou um documento reivindicando a criação da UEG, em 1995, endereçado à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

Após a aprovação da LDB/1996, os estados e o Distrito Federal deveriam elaborar suas próprias Leis de Diretrizes e Bases da Educação. O resultado dessa elaboração no estado de Goiás foi um conjunto de metas aprovadas na LDB estadual, em 1998, que,

Além do aspecto democrático [...], define um caminho no rumo da [...] criação da UEG. Assim as instituições isoladas, autarquias estaduais, poderão ser agrupadas em um ou mais centros universitários rumo a sua constituição como universidade, permanecendo, dessa forma, a separação entre essas instituições e a Universidade de Anápolis (MOREIRA, 2007, p. 86).

A LDB de Goiás apresentou em seu artigo 109 a possibilidade de haver vários centros universitários e o artigo 116 prescreve um único centro Universitário, fixando um prazo de oito anos para sua transformação em universidade.

Apesar de o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB – ao qual é filiado o governador Marconi Ferreira Perillo Júnior – apoiar a adoção de políticas neoliberais, a fim de vencer as eleições para o Governo do Estado, fez também alianças de centro-esquerda, o que possibilitou que a Secretaria do Estado e Ciência e Tecnologia – SECTEC – fosse dirigida por essa coligação, que cumpriu com sua proposta de campanha, que foi a implantação da UEG, em 16 de Abril de 1999 (SILVA, 2002, p. 23).

Por conseguinte, estrutura-se a UEG a partir da união da única universidade estadual no momento – a Universidade de Anápolis (Uniana) – e mais oito universidades estaduais isoladas, além da Fundação Universidade Estadual de Goiás (FUEG), mantedora da UEG, e a Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás (Esefego), que se torna, assim, uma das unidades administrativas da UEG, após a reforma administrativa do governo ‘Tempo Novo’ (SILVA, 2002, p. 44).

Nesse período, houve posicionamentos contrários à integração da Uniana, e daquelas que se apresentam mais próximas do perfil de um centro universitário, visto que se acreditava que elas seriam prejudicadas ao se agregarem a instituições que não possuíam a mesma titulação acadêmica e que apresentariam qualidade inferior de ensino, gestão e infraestrutura física e patrimonial. “A junção dessas instituições, tomando a legislação federal e a realidade das IES estaduais como parâmetros, as colocaria na condição de faculdades integradas, ou, no máximo, de centro universitário” (DOURADO; OLIVEIRA apud MOREIRA, 2007, p. 88).

A LDB goiana ainda previa, em seu artigo 119, a junção das fundações municipais de educação superior: Fundação Municipal de Ensino Superior de Rio Verde (Fersurv), Fundação Integrada de Ensino Superior de Mineiros (Fimes), Fundação de Educação Superior de Goiatuba (Fesg) e Fundação Educacional de Anicuns (Fecha), Fundação São Luís de Montes Belos (FMB), no início da de 2002.

Em suma, a FMB resultou de um longo processo de lutas políticas por sua criação, surgido ainda no final do século XX, em que entidades educacionais trabalharam ativamente com o apoio de parcelas significativas da população, que via em sua implantação um sinal de

progresso para a região. Sua criação efetivou-se em meio a um conturbado processo de forças políticas contrárias, mas, ao invés do que ocorria nas primeiras décadas da luta política por sua criação em que o atraso econômico via nela a forma de se trazer o progresso, foi a modernização que a fez necessária.

No segundo capítulo será apresentada a história de São Luís de Montes Belos e da implantação do Ensino Superior na cidade.

## **2 AS IES DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS**

### **2.1 O município de São Luís de Montes Belos**

Quando ocorreu a queda do Estado Novo, foi elaborada a Constituição de 1946, que concedia liberdade para o governo estadual poder criar novos municípios e distritos, visto que no período anterior somente ao Presidente da República era facultado tal poder. Após esta abertura política do Governo Federal, foi criado o município de Firminópolis que, naquela época, era um povoado influente, com substantiva produção e comercialização de cereais. Buscando ampliar suas fronteiras, o novo município quis tomar para si a parte de terra onde se encontrava localizado o povoado de Barreirinho. Estas terras pertenciam a Mossâmedes que, àquela época, era distrito da Cidade de Goiás, antiga Capital do Estado.

O Bacharel em Direito, José Netto Cerqueira Leão Sobrinho, era vereador na Cidade de Goiás e representante da região. Os fazendeiros apelaram para ele, denunciando que as terras do povoado de São Luís (antigo povoado do Barreirinho) estavam sendo invadidas por Firminópolis. José Netto Sobrinho se dirigiu para a região e realizou a primeira reunião para planejar a luta pela emancipação política do povoado.

A integração do povo ao movimento incentivou o vereador José Netto a fazer uma exposição da situação à Câmara e ao prefeito da Cidade de Goiás, Sr. Hermógenes Ferreira Coelho, que deu parecer favorável à causa definida pelos pioneiros montebelenses. Após a autorização por parte do Prefeito, procedeu-se à procura dos terrenos, sendo que José Luís Júnior doou parte da área que hoje constitui a cidade de São Luís de Montes Belos.

Outras terras foram adquiridas após a sanção da criação do novo município pelo Governo do Estado.

Ainda no mês de Julho de 1948, “os papéis da emancipação de São Luís” foram entregues na Câmara Municipal de Goiás, sendo protocolados pela Lei Municipal n. 04 de Outubro de 1948. Cinco anos mais tarde, após muita luta, o município ganhou autonomia por meio da Lei n. 805, assinada no dia 12 de Outubro de 1953.

A demora na conquista da autonomia do município de São Luís de Montes Belos se deu pelo acirrado embate entre as lideranças da região de São Luís de Montes Belos e as lideranças do município de Firminópolis, contrárias à emancipação. Soma-se a isto a morosidade do Estado em decidir, quando o assunto apresenta conteúdo político. De sua emancipação até os dias atuais, a cidade de São Luís de Montes Belos cresceu num ritmo instável, às vezes, lentamente e, outras, rapidamente, em especial, após 1974, com a

instalação de indústrias na cidade, tais como Leite Bom, Bracol, Shalon (Indústria de fios cirúrgicos) e outras.

Anteriormente a essa data, o crescimento da cidade era bastante baixo, dado comprovado pelo censo do IBGE de 1975, tanto em termos urbanos quanto econômicos.

O desenvolvimento ocorrido em Goiás, a partir de meados da década de 1970, insere-se no processo de expansão das fronteiras agrícolas, na constituição de novas áreas econômicas e numa maior integração da economia goiana. Neste sentido, o papel da indústria adquire especial importância no conjunto de modernização e de avanço capitalista do sistema de produção e comercialização.

### 2.1.1 Aspectos físicos

A cidade de São Luís de Montes Belos localiza-se na microrregião de Anicuns, fica a 118 Km de Goiânia, capital do Estado, à qual é ligada pela GO-060. A área do município é de 1081 Km<sup>2</sup>, limitando-se ao norte com Sanclerlândia, ao nordeste com Adelândia e Turvânia, ao Sul e Sudeste com Firminópolis, e a Oeste com Sanclerlândia e Córrego do Ouro.

Os pontos extremos do município são demarcados, ao norte, pelo Ribeirão São Manuel; ao Sul, pelo Rio São Domingos; a leste, pela Serra dos Divisores e Espigão do Sapé e, a Oeste, pelo Rio Fartura e o Rio Cerrado.

Quanto ao relevo, 50% da área do município apresenta um relevo ondulado; 30% de área plana e 20% de região montanhosa. No que se refere à hidrografia, o município é amplamente beneficiado por cursos d'água destacando-se os Rios Fartura, Cerrado e São Domingos, e os ribeirões Santana, Santa Rosa, São Manuel e Diamantina, além de inúmeros córregos e cursos d'água de pequeno porte.

No contexto geral, o município apresenta excelentes condições para a atividade pecuária, seja ela leiteira, de corte e/ou reprodução. O seu acentuado desenvolvimento se deve às condições físicas adequadas, tanto relevo e clima quanto à ocorrência abundante de cursos d'água.

No que se refere ao escoamento da produção leiteira, ainda na década de 1970, foi construída, pelas prefeituras da região uma rede de estradas que beneficiou a todas as propriedades, algumas em alto grau, outras nem tanto, contudo nada que inviabilizasse o escoamento da produção e da circulação de pessoas e produtos.

### 2.1.2 Aspectos demográficos

No aspecto populacional, o município de São Luís de Montes Belos apresenta um crescimento progressivo desde a sua fundação, em 1953, até por volta de 1980.

Dados do censo de 1991 indicam que a população total de São Luís de Montes Belos era de 25.032 habitantes, sendo que 19.206 habitantes estavam concentrados na cidade, restando pouco mais de cinco mil habitantes na zona rural. Com este êxodo rural, resultando no crescimento populacional urbano, houve a necessidade da expansão do ensino e a implantação do ensino superior, uma conquista que demandou muitos esforços e luta de toda comunidade montebelense. Atualmente, São Luís de Montes Belos tem uma população com aproximadamente 40 mil habitantes e um IDH em crescimento, como mostram dados do IBGE apresentados no próximo capítulo.

## 2.2 O Ensino Superior em São Luís de Montes Belos

No final do século XX, houve um aumento significativo do número de Faculdades no estado de Goiás: a Universidade Católica se expandiu; a Universidade Federal abriu outros câmpus; surgiram novas Faculdades, como Anhanguera, Araguaia, Alfa, Uniana, Esefego e Fecha, de Anicuns, e outras autarquias foram criadas nos municípios maiores, como as Faculdades de Ciências e Letras em Goiás, Jussara, Iporá, São Luís de Montes Belos, Morrinhos, Formosa, Caldas Novas, mais tarde reunidas sob a denominação de Universidade Estadual de Goiás (UEG). O ensino superior em Goiás ocorreu tanto pela iniciativa pública, quanto particular, justificando o momento pela exigência que constava do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovado em dezembro de 1961, de que no conjunto universitário houvesse obrigatoriamente uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, embora já funcionassem no Brasil mais de 700 (setecentas) escolas de Filosofia, exercendo a função técnica de formar professores.

As faculdades de Ciências e Letras sobreviveram às modernizações desencadeadas pela Reforma do Ensino Superior (1968), e, multifuncionais ou não, são as responsáveis pelos conteúdos específicos dos cursos ligados às ciências humanas, dividindo com as faculdades de educação as disciplinas pedagógicas.

Isso justifica, em Goiás, a existência majoritária de faculdades de Pedagogia, Ciências e Letras entre as instituições de ensino superior da rede estadual. Embora isto leve muitas vezes a interpretações equivocadas, a verdade é que essas faculdades expandem a

vocação educacional das localidades onde estão instaladas, oferecendo os profissionais necessários ao ensino fundamental e médio, além de suprir necessidades culturais e técnicas regionais.

Com a interiorização do ensino superior em Goiás, cidades, como São Luís de Montes Belos receberam faculdades, o que refletiu na cultura e na educação, abrindo espaços para ampliação da rede escolar, estadual e particular, em todos os níveis.

Esta conquista representou, apesar do contexto conflitante, um avanço da coletividade com um objetivo comum: o desenvolvimento e crescimento do município e região.

O engajamento dos representantes da sociedade no campo social e político teve maior repercussão no final da década de 1980. O grupo que reivindicava o ensino superior era composto principalmente de profissionais da educação. Estes difundiam junto ao Governo do Estado a necessidade de se criar uma faculdade que respondesse às necessidades da população estudantil local e das proximidades de São Luís de Montes Belos.

### 2.2.1 A criação da Unidade Universitária da UEG em São Luís de Montes Belos

Junto a este processo de expansão e interiorização do Ensino Superior, instalaram-se, na cidade de São Luís de Montes Belos-Go órgãos culturais, como, entre outros, associações de classe, escolas de artes manuais, jornais, clubes literários, que, de certo modo, foram representativos para a consolidação da implantação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de São Luís de Montes Belos (FECILBELOS), criada e mantida como autarquia pelo governo do estado.

Em 1973, houve as primeiras manifestações em prol da implantação do Ensino Superior em São Luís de Montes Belos, o que se deu por meio de um grupo de profissionais da educação, que criaram o movimento denominado Associação Monte-belense do Ensino Superior (AMES), liderado pelas seguintes pessoas: Dr. Américo Gonçalves Faleiros, Rosemeire, Josias Ricardo, Hugo Pires e Altamiro Prudente. Com a divulgação desse movimento, a cada dia, diversos segmentos organizados e novos simpatizantes aderiam a esta causa, dentre eles, o Bispo Dom Stanislau, equipe de funcionários da Delegacia Regional de Educação, da Secretaria Municipal de Educação, do Câmpus Avançado da UFG de Firminópolis, dos Sindicatos, da Liga Monte-belense de Futebol, das Igrejas, do Rotary Clube, das Lojas Maçônicas, do Clube dos Dirigentes Lojistas (CDL), da Câmara de Vereadores e dos Profissionais Liberais, dentre outros. Estes segmentos, tomados pelo desejo

de concretizar tal empreendimento para a comunidade, realizaram campanhas, como leilões e bingos, para arrecadar fundos, e também receberam diversas doações, todas destinadas a custear a implantação de uma Faculdade em São Luís de Montes Belos. Com isso, adquiriram um quarteirão de terreno na rua Rio Corrente, Setor Rodoviário, destinado à sede da Faculdade. Outra medida em busca da concretização desse ideal foi a contratação dos serviços do professor Jhônatas Silva, então Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, para a elaboração de um projeto técnico.

Vários fatores, porém, impediram, naquele momento, a concretização de uma Faculdade em São Luís de Montes Belos. Dentre todos os impedimentos, o de maior relevância foi a sanção do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que proibiu a abertura de Faculdades em todo território nacional.

Os anos se passaram e o contingente de jovens que terminavam o ensino médio, aumentava, sendo a grande maioria, sem condições de se deslocar para outras cidades e Capital, a fim de cursar o ensino superior. Com isso, a luta pela implantação do Ensino Superior em São Luís de Montes Belos não parava, mas se fortalecia cada vez mais o grupo de pessoas que acreditavam e buscavam essa realização.

Em 1982, por meio do grupo de pessoas interessadas, é feita uma reivindicação verbal ao então Prefeito da época, o Sr. Waldemir Xerife de Souza Guimarães, solicitando a implantação de uma Faculdade montebelense, tendo em vista a grande demanda local e regional, com o rápido crescimento da cidade.

As reivindicações, porém, não pararam e, em 1983, houve uma grande manifestação pública, na inauguração do Ginásio de Esportes José Neto, com exibição de faixas com os dizeres “Queremos Faculdade”. Nesta oportunidade se faziam presentes várias lideranças políticas, dentre elas o Governador do Estado, Íris Resende Machado, o qual no seu discurso prometeu viabilizar a instalação de uma Faculdade, em São Luís de Montes Belos.

Dois anos se passaram e, em 1985, soube-se novamente da vinda do Governador do Estado, Íris Resende Machado, à cidade de São Luís de Montes Belos, para a abertura oficial da Exposição Agropecuária, no dia trinta e um de maio. Desta vez, os vários segmentos organizados que lutavam para a implantação do Ensino Superior montebelense se reuniram no Colégio Dom Pedro I e organizaram uma grande manifestação pública em prol da implantação do Ensino Superior, mobilizando a população em geral. Elaboraram um documento reivindicando a criação de uma Faculdade para São Luís de Montes Belos, e o professor Aparecido José dos Santos fez a leitura e entrega do documento ao Senhor Governador do Estado, Íris Resende Machado, o qual recebeu e determinou a sua autorização,



cumprindo os trâmites legais, enviando o documento para a Assembleia Legislativa, tornando-o um projeto de Lei, que concedia a abertura de Faculdades Isoladas pelos municípios em todo o Estado de Goiás. Assim, foi criada a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de São Luís de Montes Belos, posteriormente, denominada pela sigla FECIL-BELOS, sigla atribuída pelos professores Margarida Conceição Cunha Santana e Sebastião Primo.

Embora criada e aprovada, enquanto não se tornava realidade a Faculdade montebelense, em 1987, não por obra do acaso, mas por tentativas de atender às necessidades de desenvolvimento sociocultural do município e região circunvizinha, deu-se mais uma vez a tentativa de implantação do ensino Superior em São Luís de Montes Belos. Com empenho de vários profissionais da educação e apoio do Câmpus avançado da UFG de Firminópolis, foi firmado convênio entre a Universidade Federal de Goiás (UFG), Secretária de Estado da Educação e Prefeitura Municipal de São Luís de Montes Belos e, assim, foi implantado na Escola Estadual José Neto Siqueira de Leão Sobrinho o curso de Licenciatura Plena em Matemática. No final deste mesmo ano foi realizado o vestibular e no ano seguinte deu-se início à formação de duas turmas de Pedagogia.

Após o término do primeiro ano de curso constatou-se uma grande evasão dos alunos iniciantes, por diversos motivos, até mesmo por defasagem escolar de alguns alunos que os impossibilitava de acompanhar a proposta educacional do curso.

Com a evasão em massa, o atendimento da Extensão da Universidade Federal de Goiás (UFG), em São Luís de Montes Belos, tornou-se inviável. Porém, destes alunos, 12 foram para a cidade de Goiânia – Capital, com a expectativa de concluir o curso. A Prefeitura, por sua vez, proporcionou o transporte dos mesmos. Estes alunos, também, contaram com apoio especial do ilustre professor Juarez Miliano, da Universidade Federal de Goiás (UFG), o qual se empenhou na aquisição de bolsa integral para que os alunos pudessem concluir o curso, sem terem que trabalhar.

Mesmo com essas ajudas, apenas três alunos dos 60 concluíram satisfatoriamente o curso, sendo eles: a professora Floresni Pereira da Silva, e os professores Carlos Mota e Assis Nonato Pereira, que gentilmente colaboraram com este trabalho, respondendo ao questionário e nos possibilitando o registro desta página da história do Ensino Superior em São Luís de Montes Belos – Goiás.

Os anos se passaram e, em 1990, criou-se a Associação de Ensino Superior Dom Pedro I, liderada pelo professor Aparecido José dos Santos, que tinha como sócios componentes Maria de Lurdes Rodrigues, José Carlos Maia, Cássio Ribeiro, Erly Silva Leite, Dr. Manuel Dias Lemis e Waldemir Xerife Sousa Guimarães. Após várias reuniões com segmentos

organizados da comunidade montebelense, foi solicitada autorização ao Conselho Federal de Educação para implantação dos cursos de Direito, Administração de Empresas e Letras. Após cinco anos, o presidente da república, Itamar Franco, extinguiu o referido Conselho e os processos não homologados, inclusive este, foram arquivados, impossibilitando mais uma vez a implantação do Ensino Superior em São Luís de Montes Belos.

A cada tentativa não concretizada, mais a sociedade montebelense se organizava e se empenhava na soma de esforços para implantação do Ensino Superior, nesta cidade. Um exemplo foi um texto da professora Esmeralda Sebastiana dos Santos, publicado no jornal Folha da Serra, em fevereiro de 1991 “... absurdos à parte, é hora de soltar as cobras e cobras: Faculdade Já!”. Os anos se passaram e foram quase dez anos após ter sido criada a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de São Luís de Montes Belos, para que a mesma se tornasse uma realidade.

De 1985 a 1991, o projeto de Lei que criou esta Faculdade, ficou paralisado sem a devida implantação da mesma. Após esse período, houve novamente disposição política para concretizá-lo. Uma prioridade básica para a implantação dessa Faculdade era a elaboração do Projeto Político, Pedagógico e Administrativo, sendo, no primeiro momento, designado para esta tarefa o advogado Adilson e depois o professor Cinair de Paula. Ambos, porém, não obtiveram sucesso no empreendimento.

Em um segundo momento, a então Secretária de Estado da Educação e Cultura, professora Teresinha Vieira e o deputado Estadual Waldemir Xerife solicitaram à Sra. Irene Moura de Oliveira, da Delegacia de Ensino, que indicasse nome de pessoas para elaborarem o Projeto Político, Pedagógico e Administrativo, para estruturar a Faculdade de Ciências e Letras de São Luís de Montes Belos, sendo indicados, pela então delegada, a professora Luiza de Paula Correia e professor Carlos Cardoso e Silva, que conseguiram empreender com sucesso o referido projeto, com a ajuda de vários profissionais das escolas locais, da Delegacia Regional de Educação, da Secretária Municipal de Educação, do poder político e administrativo e outros, que não mediram esforços em colaborar.

Com a conclusão do referido processo e, conseqüentemente, a publicação do Decreto de autorização da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de São Luís de Montes Belos, a mesma foi instalada no prédio já existente, antiga Escola Estadual José Neto Siqueira de Leão Sobrinho, onde funcionava, também, por ser um prédio com bastante espaço, a Delegacia Regional de Educação. Após a sua instalação, a delegada e gestora da época, Sônia Luci Zimmermann Landó, empenhada em ver a expansão da referida Faculdade, transferiu a sede da Delegacia para o Colégio Estadual Sebastião Primo.

Depois de muitas lutas reivindicadas, São Luís de Montes Belos foi contemplado com uma Faculdade isolada. A Faculdade de Educação, Ciências e Letras de São Luís de Montes Belos teve seu primeiro vestibular no final de 1993, com oferta de 60 vagas, 30 para o curso de Pedagogia – habilitação em Magistério e 30 para Pedagogia – habilitação em Administração Escolar. O início das aulas se deu em janeiro de 1994, tendo como primeira diretora educacional a professora Luiza de Paula Correia, e Coordenadora do curso de Pedagogia, a professora Ederlane Fernandes Braga (ATAS... 1993).

Desde o início desta Faculdade em São Luís de Montes Belos, surge rapidamente da sociedade montebelense a busca para viabilização do curso de Zootecnia, justificando atendimento ao desenvolvimento das características da microrregião do Oeste Goiano. No primeiro momento, surgiu o movimento denominado pró-zootecnia, liderado pela professora Luíza de Paula Correia, diretora educacional da Faculdade, a qual não mediu esforços para reivindicar tal benefício para esta cidade e região.

Passados cinco anos, em 1999, no processo de transição do governo do Estado de Maguito Vilela para Marconi Perillo, deixa a direção da Faculdade de Educação, Ciências e Letras (FECIL-BELOS) a professora Luíza de Paula Correia e assume a professora Enilda Rodrigues de Almeida Bueno, a qual era professora do quadro da Instituição. Nesse momento, conturbado politicamente, em que os cargos de lideranças no município passam por mudanças, ocorreram especulações variadas, como “o curso de zootecnia agora não virá mais para São Luís de Montes Belos, devido à troca da direção da FECIL-BELOS”; “a nova direção é contra o curso”; “ela não vai dar sequência ao projeto da sua antecessora”. Somente com a concretização do mesmo é que essas especulações caíram em descrédito (ATAS... 1999).

Em março deste mesmo ano de 1999 aconteceu a primeira visita da Comissão verificadora para implantação do curso de Zootecnia, Comissão designada pelo Conselho Estadual de Educação, formada pelos profissionais Edmar Soares Nicolau; Benedito Dias de Oliveira; e Eurípedes Laurindo Lopes. Tendo a professora Enilda Rodrigues de Almeida Bueno respondido aos questionamentos feitos pela referida Comissão, recebeu como responsabilidade, na qualidade de Diretora Acadêmica, a tarefa de reestruturar todo o projeto para implantação do curso de Zootecnia. Segundo o parecer da Comissão, o Projeto era incipiente e misturava em sua matriz curricular, disciplinas do Curso de Pedagogia que não eram pertinentes, sendo necessária, então, a elaboração de outro projeto segundo as orientações dessa Comissão. Com a ajuda valiosa de profissionais da área, sob a coordenação da Pró-reitoria de Graduação da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e dos professores

Rodrigo Medeiros e Bruno Mariano, zootecnistas graduados pela Universidade Católica de Goiás, procedeu-se à reelaboração do projeto do curso de Zootecnia. O novo projeto foi, então, encaminhado para a Pró-reitoria de Graduação, em Anápolis, onde recebeu parecer da Câmara de Graduação, passou pelo Conselho Universitário e foi encaminhado ao Conselho Estadual de Educação, o qual designou outra Comissão para nova verificação, composta pelos seguintes profissionais Christian Grand Sire; João Teodoro Pádua e Marilma Paxeco Chediack Corrêa.

Em abril de 1999, com a criação da Universidade Estadual de Goiás, pelo Governador do Estado, Sr. Marconi Perillo, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de São Luís de Montes Belos, integrou-se à recém-criada Universidade Estadual de Goiás (UEG), deixando de ser apenas Faculdade Isolada, tornando-se uma Unidade Universitária, o que não deixou de ser um grande avanço e marco na história do Ensino Superior nesta cidade, proporcionando maior benefício sociocultural para a região do Oeste Goiano.

Depois de muito empenho e reivindicação pela professora Enilda Rodrigues de Almeida Bueno e sua equipe junto ao Conselho Universitário da Universidade Estadual de Goiás e à Reitoria, em Anápolis, a Unidade Universitária da UEG em São Luís de Montes Belos é autorizada a realizar o primeiro vestibular para o curso de Letras, em janeiro de 2000, e para o curso de Zootecnia, em junho do mesmo ano, avançando na implantação e maior oferta do Ensino Superior nesta cidade.

Desde a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras em São Luís de Montes Belos, o espírito de luta para implantação de novos cursos superiores nunca estagnou, e em 2000, outro destaque, na implementação do ensino superior, se deu com a instalação de uma Extensão da Universidade Católica de Goiás, no prédio do Colégio Dom Pedro I, nesta cidade. Na busca desta nova aquisição, houve o empenho de várias autoridades, dentre elas a prefeita Marisa Guimarães que na oportunidade reivindicou a criação de dois cursos, sendo autorizados, pela então reitora Cléia Brandão, os cursos de Biologia e Administração de Empresas, que se efetivaram neste município.

## 2.2.2 A criação da Faculdade Montes Belos (FMB)

Em 2002, chegaram a São Luís de Montes Belos, após pesquisar vários municípios, os senhores Osvaldo Araújo, Raimundo Fonseca Pinheiro, Adriano Franco Valloto e Carlos Roberto Araújo, com o projeto de criação da Faculdade Montes Belos (FMB). Como estes não dispunham de local ideal para a instalação desta faculdade, procuraram, por indicação de

autoridades locais, o proprietário do Colégio Dom Pedro I, o professor Aparecido José dos Santos, por se tratar de um dos sonhadores com a implantação desta modalidade de ensino, nesta cidade. O mesmo abraçou o projeto educacional, cedendo as instalações do Colégio Dom Pedro I, para que eles pudessem receber a Comissão verificadora do Ministério da Educação de Cultura (MEC). Este, também, foi um projeto bem sucedido. A Faculdade Montes Belos é hoje uma realidade com mais de vinte cursos em andamento, inclusive o curso de Direito que era um sonho de muitos montebelenses.

De acordo com os mantenedores da Faculdade Montes Belos, sua implantação ocorreu porque São Luís era uma cidade estratégica, situada a 120 km da capital (Goiânia), e às margens da Rodovia GO-060, que corta muitas cidades do interior do estado. Há várias cidades próximas a São Luís e não existia nenhuma faculdade particular na região. Depois de feita a pesquisa na região, decidiram, então, instalar a faculdade na cidade, iniciando com os cursos de Pedagogia, Ciências Contábeis, Administração e, posteriormente, oferecendo novos cursos.

A Faculdade Montes Belos atende a mais de três mil alunos, oferecendo cursos de bacharelado, tecnológicos e de licenciatura, sendo mais de vinte cursos disponibilizados à sociedade local. Nesse sentido, a FMB contribui para o crescimento da empregabilidade e qualificação de mão de obra, formando egressos para atuarem em diversas áreas. Antes da instalação da FMB muitos alunos migravam para a capital para estudar, gerando conflitos internos na família, insatisfação dos pais em relação à ausência dos filhos e alto custo com moradia e estudos na capital. Atualmente, a FMB se torna uma opção mais viável de acesso ao ensino superior.

Segundo Jair Miranda, um dos fundadores FMB, *“esta região é muito promissora e tem feito nossa mantenedora investir mais e protocolar novos cursos. Sabemos que São Luís é uma cidade para o empreendedorismo e por isso estamos aqui. Somos empreendedores”*.

Sem a pretensão de termos conseguido relatar todos os fatos importantes para implantação do Ensino Superior em São Luís de Montes Belos, esperamos ter deixado, ainda que de forma sucinta, parte desta história registrada. Com certeza, escaparam fatos que não apareceram neste trabalho; várias pessoas, autoridades e colaboradores importantíssimos podem não terem sido citados neste processo de transformar São Luís de Montes Belos em uma cidade Universitária.

### **3 CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR PARA A SOCIEDADE LOCAL**

#### **3.1 Procedimentos metodológicos**

No primeiro e segundo capítulos foram abordados o contexto em que se deu a expansão do Ensino Superior em Goiás, tendo sido discutida a legislação do ensino superior e sua expansão no interior do Estado. Apresentamos uma síntese histórica da criação da Cidade de São Luís de Montes Belos, identificando as iniciativas de instalação do ensino superior nesta cidade. Usamos nos dois primeiros capítulos uma metodologia bibliográfica, a partir de autores que refletem sobre a questão do ensino superior e sua expansão em Goiás.

Este terceiro capítulo apresenta as contribuições dos vinte anos de ensino superior em São Luís de Montes Belos-Go. Para tanto, adotamos uma metodologia de pesquisa de campo, com o uso de entrevistas semiestruturadas com os dirigentes destas instituições (Apêndice A). Também será aplicado questionário aos gestores e/ou Coordenadores das IES pesquisadas (Apêndice B) e a uma amostra estratificada por cursos, composta de alunos e ex-alunos de cursos oferecidos atualmente nas duas IES pesquisadas (Apêndice C).

Os dados processados estão apresentados na forma de gráficos e os resultados discutidos.

#### **3.2 Análise dos dados e discussão dos resultados**

Nesta seção, serão apresentados e discutidos os dados coletados. A discussão sobre o crescimento e desenvolvimento da cidade é feita a partir de dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o crescimento da população e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de São Luís de Montes Belos.

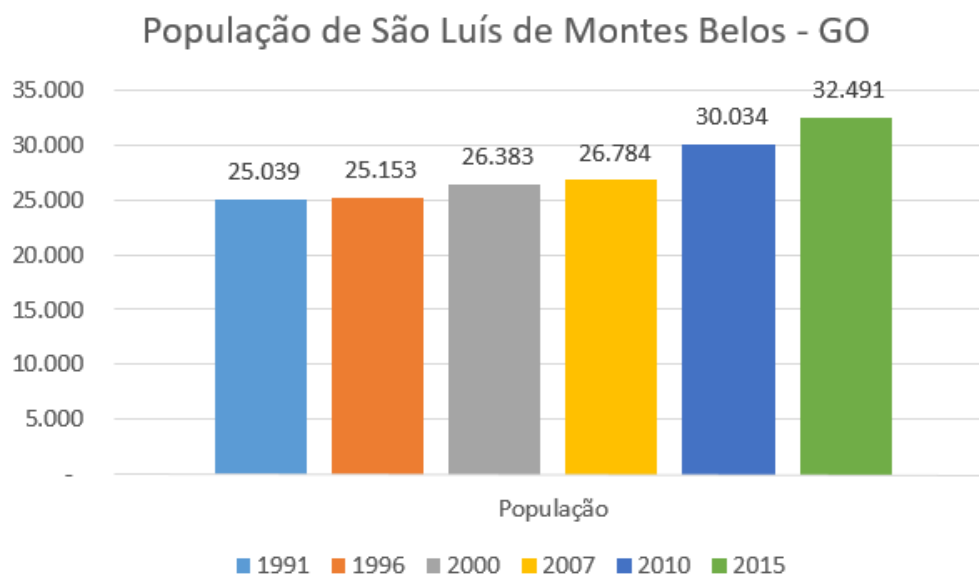
##### **3.2.1 Dados do IBGE sobre São Luís de Montes Belos**

Observando-se a dinâmica da cidade de São Luís, a partir da instalação das Instituições de Ensino Superior na cidade, é possível afirmar que a cidade se expandiu fisicamente e que a população adquiriu novos contornos socioeconômicos e culturais, alterando significativamente seu perfil anterior de cidade interiorana. Dados do IBGE retratam estas mudanças com relação à população e ao índice geral de desenvolvimento

alcançado pelo município nos últimos anos.

O Gráfico 1 mostra a evolução da população de São Luís de Montes Belos, no período compreendido entre 1991 e 2015.

Gráfico 1– Evolução da população de São Luís de Montes Belos

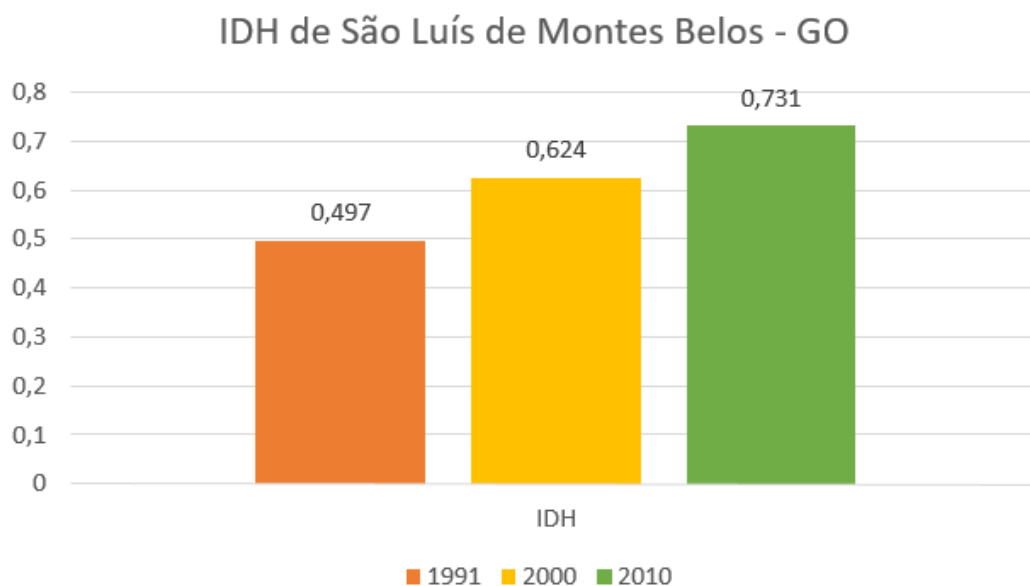


Fonte: Atlas Brasil (2016).

Observando-se os dados referentes ao crescimento populacional, de 1991 a 2015, vê-se que a população de São Luís de Montes Belos tem um aumento de 30%. Embora não possa ser tomado como um fator isolado, a instalação das instituições de ensino superior no município, nessas décadas, contribuiu, direta ou indiretamente, para que mais pessoas fixassem residência na cidade e no município, com reflexos positivos na qualidade de vida da população.

Tomando-se como referência a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de São Luís de Montes Belos-Go, como mostra o Gráfico 2, houve crescimento positivo, de 0,497, em 1991, para 0,731, em 2010, o que representa mudanças sociais em andamento.

Gráfico 2 – IDH de São Luís de Montes Belos



Fonte: IBGE (2010).

Pode-se observar que houve um crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano no período compreendido entre 1991 a 2010, em São Luís de Montes Belos-GO, o que pode ser associado, também, à implantação do ensino superior no município. Sabemos que a educação tem o poder de mudar o perfil demográfico e cultural de uma cidade, município e até mesmo de uma região. A implantação da Universidade Estadual de Goiás e da Faculdade Montes Belos atraiu novos moradores e vários microempresários e, também, alavancou o comércio e a construção civil, acarretando reflexos na economia local, que se desenvolve com a compra de utensílios domésticos, alimentação, aluguéis e empreendimentos sociais.

Segundo dados do IBGE sobre o IDH, vê-se que houve, nos últimos vinte e cinco anos, melhora significativa na qualidade de vida dos cidadãos montebelenses. De 1991 a 2010, data do último levantamento do IBGE, observa-se que quase dobrou o IDH geral do município.

Mas, será que a presença das IES terá alterado o perfil da população local? Será que as melhorias na qualidade de vida dos moradores estão diretamente relacionadas com a instalação das IES na cidade? Acredita-se, de acordo com os dados coletados, que a educação superior no município tenha contribuído para esse crescimento populacional e com a melhoria do IDH de São Luís de Montes Belos, como veremos ao longo da discussão dos resultados apurados nesta investigação.



### 3.2.2 A visão dos mantenedores das IES

Nas entrevistas realizadas com os dirigentes da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e da Faculdade Montes Belos (FMB) fica claro o entusiasmo deles em relação à implantação dessas instituições no município bem como seus reflexos positivos no crescimento econômico da cidade.

Inicialmente, conta a Diretora da UEG que *“A Universidade se instalou aqui, antes como autarquia, chamada Fecil Belos, a partir de lutas do povo da região por uma Faculdade na cidade. Depois, com a entrada do governador Marconi, se transformou em Universidade e vejo que São Luís se desenvolveu muito com a chegada dessa universidade”*<sup>1</sup>.

Segundo a Diretora, a Unidade Universitária da UEG em São Luís oferece, atualmente, vários cursos, sendo Bacharelado em Zootecnia, Licenciatura em Letras e em Pedagogia, e Tecnologia em Laticínios e um mestrado em Desenvolvimento Rural, sendo que encontra-se em andamento o projeto de implantação do curso de Medicina Veterinária. *“A UEG, hoje, tem no câmpus de São Luís de Montes Belos um total de 700 alunos. Julgamos que somos uma Universidade exemplo na região”*. A entrevistada destaca, ainda, que

*[...] com a chegada da Universidade para cá muitas mudanças ocorreram, pois criamos um laboratório de ajuda ao produtor rural, o que antes não tinha”*.

*[...] após a implantação da UEG na cidade muito se viu de mudança. Vários alunos são de fora, o que contribui para a movimentação da região em questão de dinheiro e sem contar os professores que vêm de fora. São muitos. Também destaco as pesquisas que hoje temos: mais de 50 projetos de pesquisa e 40 de extensão. Isso tudo contribui para o crescimento de nossa região.*

Frisa a Diretora que o curso de Zootecnia desenvolve mais de 20 projetos de pesquisa, todos voltados para o produtor rural. *“Há um acompanhamento nosso diário aos produtores, monitoramos várias fazendas de criação de gado, ovinos, suínos, e hortifrutigranjeiros na região. Essa Universidade tem feito muito para a região de São Luís”*

Segundo um de seus mantenedores, a Faculdade Montes Belos (FMB) oferece os cursos de bacharelado em Ciências Contábeis, Administração, Direito, Farmácia, Fisioterapia, Enfermagem, Agronomia, Nutrição, Engenharia Civil e Medicina Veterinária, este com oferta aprovada para início em agosto de 2016. Oferece, ainda, cursos de licenciaturas em Pedagogia, Educação Física e Biologia, e cursos tecnológicos superiores em: Gestão Hospitalar, Gestão Hospitalar, Gestão em Agronegócio, Sucroalcooleiro, Recursos Humanos,

---

<sup>1</sup> As falas dos entrevistados estão destacadas no texto com itálico.

Gestão Ambiental, Análise de Sistemas e Gestão Comercial.

Atualmente a FMB atende a cerca de 3200 alunos nas graduações, mas a Faculdade oferece, também, cursos de pós-graduação em várias áreas, o que soma um total de quase quatro mil alunos. *“A região está de parabéns com nosso trabalho. Trouxemos o Fies para a região, algo desconhecido na época e hoje temos alunos de todo Brasil estudando aqui”*.

Perguntado sobre seu envolvimento com o ensino superior em São Luís, bem como sobre o que chamou sua atenção com relação à implantação, neste município, da IES que dirige, o entrevistado afirma que *“Vimos nesta região uma possibilidade imensa de crescimento econômico e, junto com o Prefeito da época, decidimos investir na região porque consideramos uma região polo de compras, o que facilitaria o acesso dos alunos a uma Faculdade, já que não se tinha uma instituição [de ensino superior] privada na região. De acordo com o entrevistado, sua Instituição gera mais de 300 empregos na cidade. Segundo ele, “isso é desenvolvimento”*.

Questionado a respeito de que crescimento populacional não significa desenvolvimento econômico, argumentou o entrevistado que um está associado ao outro. *“Como não associar as duas coisas? É só olhar para nossa cidade e ver quantas construções foram feitas, hotéis, kitnets. Quantos restaurantes, bares e lanchonetes em volta da Faculdade. Tudo isso é dinheiro e movimenta nossa economia”*.

Quando questionados sobre as relações socioeconômicas e culturais da cidade e o ensino superior os representantes das duas IES foram categóricos em dizer que se a cidade não se desenvolve a partir da educação que lhe é dada, não adianta investir. *“São Luís está em desenvolvimento intelectual. É um cidade universitária” “O povo de São Luís estuda e hoje conquistou um mercado de trabalho com qualificação. Mesmo que trabalhe no comércio, a qualificação difere”*, afirma o representante da FMB. Em relação ao futuro do ensino superior em São Luís, há, também, concordância de ponto de vista entre os dois: ambos afirmaram que buscam abrir outros cursos e veem a possibilidade de crescimento intelectual da população. *“Sem educação não se faz cultura”*, comenta a Diretora da UEG.

### 3.2.3 A visão dos gestores educacionais das IES

Na entrevista com gestores e dirigentes dessas IES direcionamos as perguntas para as ações pedagógicas das instituições.

Sobre a importância das IES para a região, os dois afirmaram que as faculdades são o esteio da economia local, pois, além de trazer alunos de outras localidades para estudarem

aqui, oferecem mais de 600 empregos. *“Hoje a UEG oferece mais de 100 empregos aqui na cidade. Sem ela aqui seriam 100 pessoas, provavelmente, desempregadas, sem estabilidade financeira”*. Para o dirigente da FMB, a instituição é *“o esteio de estabilidade financeira para o município. Buscamos sempre devolver à comunidade aquilo que recebemos dela. Prova disso são os projetos que desenvolvemos aqui com os nossos cursos”*.

Em relação a critérios de abertura de novos cursos, os dirigentes da FMB afirmam que observam a movimentação da economia local e a ausência de alguns cursos na região. Também, é observado o investimento que o curso demanda e a renda da população local. Já a dirigente da UEG, afirma que *“o que se olha é a necessidade da região, porém, dependemos do Governo do Estado e da Reitoria, o que foge da nossa alçada”*.

Em relação às taxas de evasão e de inadimplência, o gestor da FMB disse que 18% dos alunos evadem, trocam de curso, desistem, ou mesmo, se transferem para outras instituições. *“O que se vê nas instituições privadas é que muitos alunos ingressam nos cursos e logo descobrem que não é aquilo que querem. Então, como são eles que pagam, desistem, embora tenhamos incentivado a mudança de curso na própria IES, para que esse aluno não se evada”*.

Em relação à inadimplência, o dirigente da FMB disse que cerca de 8% dos alunos têm dificuldade de pagar as mensalidades em dia. *“Inadimplência mesmo não ocorre com frequência, mas existe”*. Já a gestora da UEG, disse que a evasão no Câmpus São Luís chega a 11%, número alto, segundo ela, que acredita que isto é devido ao perfil de cada acadêmico. *“Faz o vestibular em um curso, depois descobre que não é o que queria. Aí, evade. E como na UEG não é permitida a transferência entre cursos, o aluno acaba desistindo de estudar. Fico muito preocupada com isso, mas fazer o quê”?*

Perguntados sobre o que a IES oferece aos alunos oriundos de outros municípios, o gestor da FMB disse que não contribui, no momento, com nenhum recurso que beneficie o aluno. *“Infelizmente, é um problema que temos, porém, estamos traçando metas de ajuda com transporte e moradia”*. Pelo que foi relatado, os alunos pagam o transporte, mensalidade e moradia sem ajuda da IES. Já no Câmpus da UEG, segundo a Diretora, existe um projeto de bolsas universitárias que beneficia, atualmente, quatorze alunos; os demais utilizam o transporte convencional, sem ajuda ou contribuição da IES. *“No caso do curso de Zootecnia, os alunos se mudam para São Luís e os pais acabam se responsabilizando por eles. Outros fazem bicos, em horários disponíveis, pois o curso é integral. Nos outros cursos, os alunos são responsáveis por se manterem na Universidade”*.

Quando perguntados sobre a abertura de novos cursos, os dois gestores dizem que buscam a criação e abertura de novos cursos. *“Na FMB todo ano temos cursos novos. Neste ano de 2016, implantamos Nutrição, Engenharia Civil, Biologia e Medicina Veterinária, o que, na nossa opinião, é positivo; e para o ano de 2017 queremos abrir os cursos de Odontologia e Medicina”*. Já a gestora da UEG disse que se encontra protocolado, para este ano de 2016, o curso de Medicina Veterinária, mas que a liberação e abertura do curso não dependem mais dela e, sim, do Governo.

Em relação ao corpo docente e sua moradia, os gestores foram unânimes em dizer que a maioria dos professores reside na cidade, porém, alguns residem em outros municípios e na capital. No caso da UEG, os professores são, na maioria, concursados e, sendo assim, devem morar na cidade onde trabalham. No caso da FMB, os professores que moram em outros municípios e ou na capital têm as despesas de transporte custeadas pela Instituição.

As análises das informações colhidas nas entrevistas indicam que as duas IES de São Luís têm se preocupado com o desenvolvimento da cidade e da região, e acreditam que contribuem para o seu crescimento socioeconômico e cultural *“São mais de 30 cidades no entorno beneficiadas por essas instituições. A cada ano formamos um número grande de profissionais que atuam em diversas áreas nessas cidades, contribuindo ainda mais para o desenvolvimento local”*.

De fato, desde suas fundações, a UEG e a FMB já formaram uma quantidade significativa de alunos, como mostra o Quadro 1. O levantamento abrange todos os alunos certificados até o ano de 2015. Os cursos que ainda não formaram nenhuma turma, não foram incluídos na lista.

As duas IES já formaram 6.509 alunos, sendo que a UEG responde por 38% deles e a FMB, por 62%.

Quadro 1 – Quantidade de alunos formados pelas IES de São Luís

CURSOS	TIPO	QTD. DE ALUNOS FORMADOS	
		UEG	FMB
Direito	Bacharelado	-	750
Administração		-	432
Farmácia		-	213
Ciências Contábeis		-	358
Enfermagem		-	316
Fisioterapia		-	214
Agronomia		-	128
Zootecnia		321	-
Pedagogia Parcelada	Licenciatura	678	-
Letras		380	-
Pedagogia		520	325
Normal Superior		-	189
Educação Física Parcelada		105	-
Geografia Parcelada		68	-
História Parcelada	49	-	
Análise de Sistemas	Tecnológico	-	315
Gestão em Recursos Humanos		-	293
Laticínios		231	-
Alimentos		-	190
Gestão Ambiental		-	180
Gestão Pública		104	-
Gestão Hospitalar		-	83
Sucroalcooleiro		-	35
Gestão em Agronegócio		-	32
<b>TOTAL DE ALUNOS FORMADOS</b>		<b>2.456</b>	<b>4.053</b>

Fonte: Dados da pesquisa.(2016).

Pelos dados expostos pode-se avaliar o quanto essas duas instituições de ensino superior têm feito pela cidade e pela sociedade de São Luís de Montes Belos, principalmente, com relação à formação de profissionais para atuarem no mercado de trabalho e à formação de professores para atuarem na Educação. Antes da chegada dessas IES em São Luís, poucos professores tinham habilitação para exercer suas funções e, da mesma forma, outros profissionais, como farmacêuticos, fisioterapeutas, enfermeiros e técnicos, puderam se qualificar para exercer suas profissões. Além da qualificação para ocupar novos postos de trabalho, pela via do ensino superior, tanto a IES particular quanto a pública desenvolvem atividades de pesquisa acadêmica aplicada e de extensão universitária voltadas para a comunidade externa.

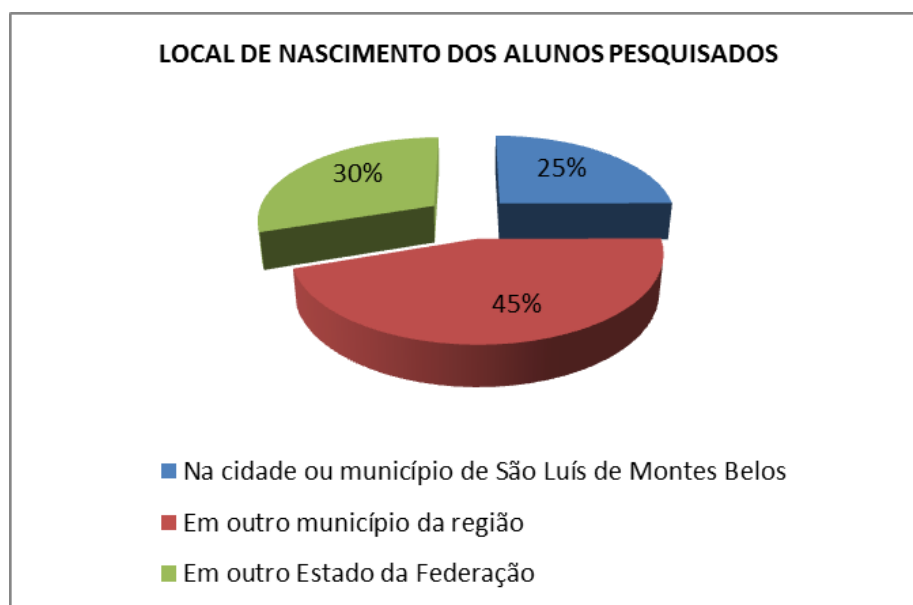
A UEG, pautada por seu caráter de instituição pública, mantém um programa mais expressivo de atividades de pesquisa e extensão visando ao atendimento de demandas da comunidade, mantendo, por exemplo, um Cursinho que ajuda a comunidade a se preparar para concursos públicos.

A FMB, por sua vez, investe mais na atividade de ensino, visando auferir lucros como resultado de suas operações, sem, porém, deixar de lado sua responsabilidade social, desenvolvendo, por meio da Fundação Montes Belos Solidária (FMBS), que é uma instituição parceira da FMB, ações sociais, como a distribuição de cestas de alimentos, fraldas, remédios, inclusão digital, informática para pessoas com necessidades especiais, cursos para a melhoria, entre outras.

### 3.2.4 A visão de alunos e ex-alunos

Para responder ao questionário dirigido aos alunos e ex-alunos, foram selecionados cinco alunos de cada curso, sem distinção de sexo, perfazendo um total de 105 alunos de ambas as IES. O questionário foi aplicado a uma amostra de alunos e ex-alunos estratificada por cursos e por instituição onde concluiu o curso. Os dados, porém, foram tabulados considerando-se um único bloco de sujeitos, por entendermos que não faz sentido destacar uma IES da outra quanto à contribuição que prestam à sociedade montebelense.

Gráfico 3 – Local de nascimento dos alunos



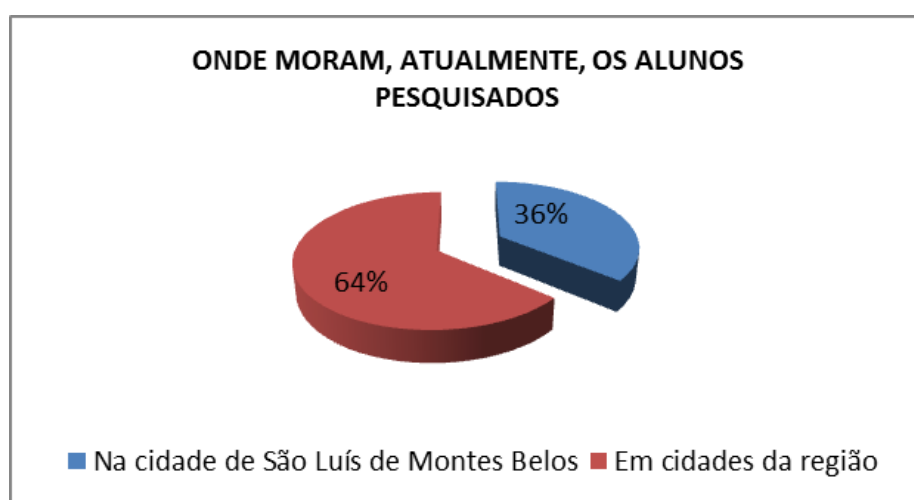
Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados do Gráfico 3 evidenciam que os alunos que estudam nas IES de São Luís de Montes Belos-Go têm naturalidade diversificada. Chama a atenção o fato dos alunos, em sua maioria (75%), não serem naturais da cidade ou do município de São Luís, sendo que

45% deles nasceram nos municípios vizinhos e 30% nasceram em outros estados, como Pará (7%), Mato Grosso (5%), Mato Grosso do Sul (3%), Tocantins (8%) e outros estados (7%): Santa Catarina, São Paulo, Amazonas, Distrito Federal, Bahia e Minas Gerais. Os dados sugerem que há um movimento de migração para São Luís motivada não só pela oferta de Ensino Superior, mas por todo o contexto socioeconômico da região.

O Gráfico 4 mostra onde os alunos pesquisados residem atualmente.

Gráfico 4 – Onde moram, atualmente, os alunos pesquisados

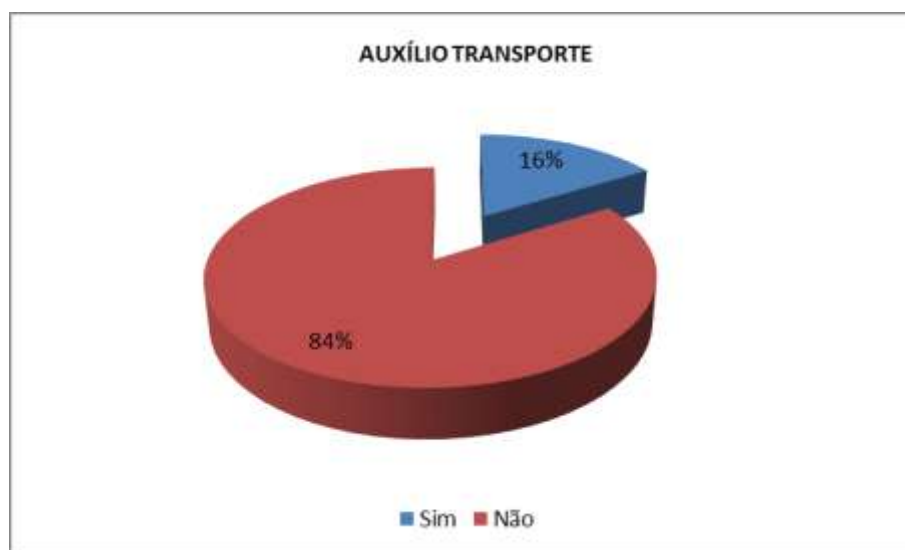


Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se, no Gráfico 4, que 64% dos alunos que estudam nas IES de São Luís residem, atualmente, em outras cidades da região (Aurilândia, Cachoeira, São João, Paraúna, Acreúna, Jandaia, Paumeúna, Edeia, Indiara, Palmeiras, Cesarina, Anicuns, Americano do Brasil, Nazário, Turvânia, Santa Bárbara, Avelinópolis, Itaberaí, Mossâmedes, Itapuranga, Goiás, Jussara, Fazenda Nova, Iporá, Moiporá, Israelândia, Jaupaci, Montes Claros, Diorama, Ivolândia e outras), e 36% residem em São Luís. Os cursos que exigem tempo integral obrigam a fixação do aluno na cidade. Em função disso há uma movimentação na economia local, já assinalada nas entrevistas, principalmente, com relação à oferta de aluguéis.

Sobre a ajuda recebida para transporte entre a residência e a IES, o Gráfico 5 apresenta o seguinte resultado:

Gráfico 5 – Auxílio transporte



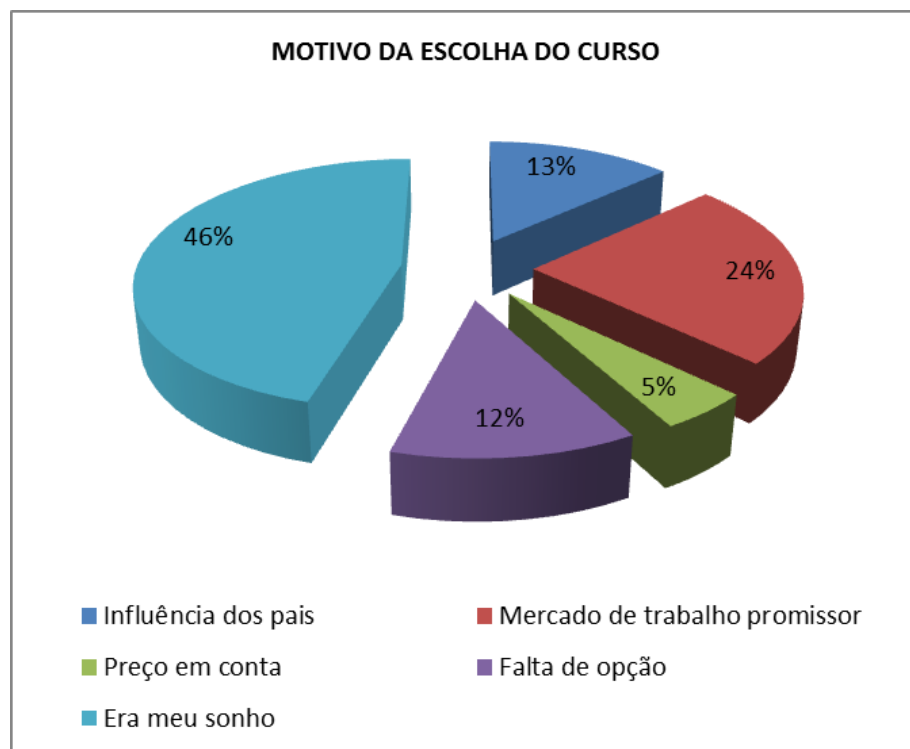
Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se no Gráfico 5 que a maioria (84%) dos alunos que moram em outro município não recebem ajuda de transporte. A Faculdade Montes Belos disponibiliza transporte para alunos que moram em cidades próximas a São Luís, mediante pagamento de taxas que variam de R\$ 200,00 a R\$ 400,00 reais por mês. No caso dos alunos da UEG, não há transporte oferecido, porém, as Prefeituras de alguns municípios transportam esses alunos, com taxas mais baixas, mas cobram pelo transporte, terceirizando este serviço com empresas privadas. Apenas alguns alunos (16%) recebem auxílio transporte. As Prefeituras de alguns municípios oferecem o transporte escolar universitário de graça, mesmo não sendo obrigadas a bancar o transporte para universitários.

O Gráfico 6 mostra os principais motivos que levaram os alunos a escolherem os cursos que fazem ou que já fizeram.



Gráfico 6 – Motivo da escolha do curso



Fonte: Dados da pesquisa.

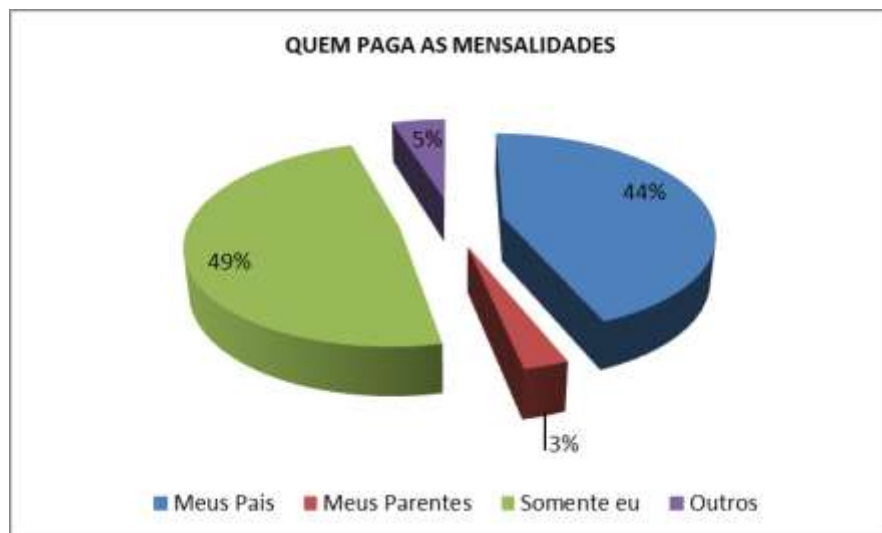
Em relação à escolha do curso, 46% dos alunos responderam ter escolhido o curso por ser o curso de seus sonhos. Assim, julgamos que esta resposta é significativa, pois demonstra que a expansão do ensino superior no interior do Estado veio atender ao anseio de muitos por um curso de nível superior, além de atrair alunos de outras localidades em busca do curso de sua preferência. Neste sentido, a diversidade de cursos oferecidos favorece a realização do sonho por um curso superior. Por outro lado, alguns alunos (12%) responderam que escolheram o curso por falta de opção. Na verdade, esse fato é visto como um problema para as IES, pois, nas entrevistas, os gestores apontaram a escolha mal feita ou a falta de opção pelo curso de sua preferência, como uma causa da evasão. O valor das mensalidades não parece ser problema para os alunos, pois é pequena a quantidade de alunos (5%) que ingressa no ensino superior por esse motivo. Cursos de Tecnologia e Bacharelados em Ciências Contábeis e Administração são os cursos com mensalidades mais baixas.

O mercado de trabalho promissor para quem é portador de um diploma de nível superior é um atrativo para 24% dos pesquisados. Sabemos que muitos veem no curso superior uma porta de entrada para o mercado de trabalho, por isso, muitos alunos escolhem um curso não por suas habilidades, mas tendo em vista a inserção no mercado de trabalho, como no caso dos cursos de Direito, Agronomia, Engenharia, Zootecnia e Pedagogia. Na

visão desses alunos, esses cursos são mais promissores em relação ao mercado de trabalho. A influência dos pais na escolha do curso ainda é significativa (13,3%), sendo que 49% dos alunos, de acordo com o Gráfico 7, admitiram que seus estudos são custeados pelos pais.

O Gráfico 7 indica quem paga as mensalidades dos alunos pesquisados.

Gráfico 7 – Quem paga as mensalidades



Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que, na maioria dos casos, ou são os próprios alunos que pagam suas mensalidades (49%), ou são seus pais que custeiam seus estudos (44%). Geralmente, esta é a realidade de muitos alunos que trabalham durante o dia, ou fazem “bico” para se manterem, e estudam à noite. Boa parte dos alunos ainda recorre ao FIES e espera ter estabilidade no emprego para quitar a dívida. Alunos mantidos por parentes ou por outras pessoas (avós, tios e parentes próximos) somam 8%. Foi observado que algumas estudantes são mães solteiras e disseram que são ajudadas pelos namorados, amigos e outros.

Por fim, a última pergunta do questionário se referia à motivação que levou os alunos a optarem por fazer um curso em um das IES da cidade de São Luís. Os resultados são exibidos no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Motivo da escolha das IES de São Luís de Montes Belos



Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à escolha da cidade de São Luís para estudar, a maioria dos alunos pesquisados (81%) responderam que optaram por São Luís de Montes Belos por ser a cidade mais próxima de onde moram a oferecer cursos superiores. Isso mostra como a cidade tem se desenvolvido na região, se tornando, para eles, referência no segmento de educação superior. A presença de um grande número de empresas, de um mercado de trabalho mais dinâmico e de duas IES na cidade, parece afetar diretamente o crescimento e desenvolvimento da cidade de São Luís e municípios vizinhos em termos demográficos e econômicos. Como já mencionado, são moradores de mais de trinta cidades circunvizinhas que usufruem da infraestrutura de São Luís de Montes Belos para realizarem suas compras, fazerem negócios, resolverem problemas financeiros e fazerem um curso superior.

Embora pudessem fazer os mesmos cursos na capital, preferem morar em São Luís ou nas cidades vizinhas, onde o custo de vida e estadia são mais baratos. Para (12%) dos alunos as IES da cidade oferecem o curso que queriam, então, não veem necessidade de sair de suas cidades de origem. Somente 7% dos alunos vincularam suas escolhas à qualidade do curso. O fator qualidade dos cursos, geralmente, é visto como fator principal para se escolher uma Faculdade. Neste sentido, tanto os cursos da IES particular quanto os da IES pública são bem avaliados pelo MEC.

## CONCLUSÃO

Espera-se que esta investigação ajude a pesquisadores, alunos, professores e comunidade, em geral, perceberem o quanto é importante para a cidade de São Luís de Montes Belos a presença de Instituições de Ensino Superior, fruto, como vê-se em Dourado (2002), de lutas e conquistas de muitos.

Uma cidade se desenvolve por meio de vários fatores, sendo um deles a educação. Vimos, tanto na pesquisa bibliográfica realizada quanto nas entrevistas e nos documentos consultados, que a instalação de instituições de ensino superior na cidade de São Luís alterou significativamente a dinâmica da cidade, a composição de sua população, suas características socioeconômicas e culturais.

Os dados evidenciam que muitos alunos migram de outras cidades para morarem em São Luís de Montes Belos, muitas vezes, acompanhados de suas famílias, que fixam residência no município, movimentando o setor mobiliário, o comércio, enfim, a economia do município como um todo.

A visão dos mantenedores e dos dirigentes das IES vai além do desenvolvimento local, pois raciocinam em termos regionais, o que é estratégico para a sobrevivência de suas instituições no segmento em que atuam.

Muitos dos mais de seis mil egressos destas IES sustentam, com mão de obra qualificada, os empreendimentos comerciais e industriais instalados no município de São Luís de Montes Belos-Go e nos municípios vizinhos. Somente as IES geram quase mil empregos diretos e indiretos. O conhecimento produzido, os projetos de pesquisa em andamento apoiam as atividades de vários setores da economia local, beneficiando categorias de trabalhadores, como os produtores rurais, com assistência técnica especializada.

O fluxo de estudantes circulando pela cidade movimenta as atividades sociais, artísticas e culturais. Tudo isso faz de São Luís de Montes Belos-Go uma cidade diferente do que era antes. Duas Faculdades, hospitais, centro cirúrgico, clínicas médicas, laboratórios clínicos, prédios comerciais, lojas em expansão, ruas e avenidas com reformulação ambiental e recursos de acessibilidade; indústrias de grande porte e mais vagas de emprego; escolas particulares e escolas públicas com excelentes resultados nas avaliações do MEC: São Luís vive, atualmente, um momento positivo em relação ao seu desenvolvimento.

O que nos chama a atenção é ver que a presença do ensino superior em São Luís tem contribuído para atrair e fixar a população na cidade, melhorando, também, os índices de desenvolvimento humano do município.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Antônio Emílio Angueth et al. Cursos noturnos: uma alternativa para a inclusão social no ensino superior brasileiro (estudo de caso da UFMG). In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (Org.). **Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à Universidade pública brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 173-196.
- ATLAS BRASIL. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/sao-luis-de-montes-belos\\_go](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-luis-de-montes-belos_go)>. Acesso em: 15 Dez. 2015.
- BALDINO, José Maria Baldino. **Ensino superior em Goiás em tempos de euforia: da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80**. Goiânia: UFG, 1991. (Dissertação de Mestrado).
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n. 8/2008**, de 2/12/2008. Disponível em: <[portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br)>. Acesso: 10 de Jan. 2009.
- BUENO, Enida Rodrigues de Almeida. **Fenomenologia e a ressignificação do trabalho docente**. Universidade Federal de Goiás, Goiânia 2001.
- CATANI, Afrânio Mendes, OLIVEIRA, João Ferreira de. Acesso e permanência no ensino superior: capacidades, competição e exclusão social. In: SEVERINO, Antônio Joaquim; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Orgs.). **Políticas educacionais: o ensino superior em questão**. Campinas, SP: Papirus: 2003, p. 113-126.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- CUNHA, Antônio Luiz. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-204.
- DANTAS, Tiago. Universidade Estadual de Goiás – UEG. Disponível em: <[www.vestibular.brasilecola.com/universidade/universidades-estadual-goias.htm](http://www.vestibular.brasilecola.com/universidade/universidades-estadual-goias.htm)>. Acesso em: 09 de nov. 2015.
- DIÁRIO DA MANHÃ. **Curso superior: evolução no ensino**. 23/12/2004. Disponível em: <[www.universa.com.br/html/noticia\\_clipping\\_bjeif.html](http://www.universa.com.br/html/noticia_clipping_bjeif.html)>. Acesso em: 03 Nov. 2015.
- DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes, OLIVEIRA, João Ferreira (Orgs.). **Universidade pública: políticas e entidade institucional**. Campinas, SP: Autores associados; Goiânia, GO, 2003.

DOURADO, Luiz Fernandes, **A interiorização do Ensino Superior e a privatização do público**. Goiânia: Editora da UFG, 2001.

FERREIRA, Suely; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Universidade Estadual de Goiás (UEG): concepções e funções sociais em debate**. Disponível em: <[www.isecure.com.br](http://www.isecure.com.br)>. Acesso em: 12 Out. 2015.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 2. ed. São Paulo. Cortez, 1982.

GAZZOLA, Ana Lúcia Almeida. Universidade pública e democratização do acesso. In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (Org.). **Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à Universidade pública brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 7-9.

GOMES, Nilma Lino. Cotas para a população negra e a democratização da universidade pública. In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (Org.). **Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à Universidade pública brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 45-56.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=522010>>. Acesso em: 15 Dez. 2015.

JUSBRAZIL. Sistema de cotas da UEG atrai 11,8 mil candidatas. 13/11/2008. Disponível em: <[www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

LESSA, Carlos M. R. Democracia e universidade pública: o desafio da inclusão social no Brasil. In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (Org.). **Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à universidade pública brasileira**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2004, p. 33-44.

LIMA, Tereza Cristina M. Pinheiro de. **O ensino superior de administração no Brasil e em Goiás: expansão, privatização e mercantilização no período de 1995-2006**. Goiânia: UFG, 2007.

MELLO, Alex Bolonha de. Universidade pública e inserção social. In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (Org.). **Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à Universidade pública brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 87-92.

MOEHLECKE, Sabrina; CATANI, Afrânio Mendes. Reforma e expansão do acesso ao ensino superior: balanço e proposições. In: OLIVEIRA, João Ferreira de et al. **Políticas de acesso e expansão da educação superior: concepções e desafios**. Brasília: INEP, 2006, p. 49-64.

MOREIRA, Marcos Elias. **Universidade Estadual de Goiás-UEG: agentes, memórias e eventos (1999-2006)**. Goiânia, 2007. (Dissertação).

PANIZZI, Wraza Maria. A democratização do acesso à universidade pública. In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (Org.). **Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à Universidade pública brasileira**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2004, p. 61- 68.

PENIN, Sônia Teresinha de Sousa. A USP e a ampliação do acesso à universidade pública. In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (Org.). **Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à Universidade pública brasileira**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2004, p. 115-138.

REIS, Fábio Wanderley. Democracia, universidade e relações raciais. In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (Org.). **Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação da universidade pública brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 21-32.

ROSA, Waldemir. Significados da permanência da população negra no Ensino Superior: o caso da Universidade Estadual de Goiás. In: LOPES, Maria Auxiliadora; BRAGA, Maria Lúcia de Santana (Orgs.). **Acesso e permanência da população negra no Ensino Superior**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Unesco, 2007, p. 143-157. Disponível em: <unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 08 out. 2015.

SARKIS, Paulo Jorge. Equidade de acesso à educação superior (o caso da Universidade Federal de Santa Maria). In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (Org.). **Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à Universidade pública brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 93-114.

SANTOS, Boaventura de S. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 5. ed. SP: Cortez, 1999.

SILVA, Cristiane Divina da; SOUZA, Leile Barboza de. **Expansão e interiorização da educação superior em Goiás: o foco na UEG, contexto e perspectivas**. São Luiz de Montes Belos: UEG, 2008. (monografia).

SILVA, Genivaldo Félix. **A expansão e a interiorização da Universidade Estadual de Goiás-UEG: universidade para trabalhadores da educação – curso de pedagogia**. Goiânia: UCG, 2002.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis (Org.). Tendências do ensino superior diante da atual reestruturação do processo produtivo no Brasil. In: CATANI, Afrânio Mendes. **Universidade na América Latina: tendências e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1996, p. 11-33.

## **APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM MANTENEDORES DAS IES**

### **Tópicos a serem abordados:**

- Qual seu envolvimento com o Ensino Superior em São Luís de Montes Belos?
- O que chamou sua atenção no município com relação ao ensino superior?
- Qual sua visão a respeito dos cursos oferecidos?
- Como o município tem se beneficiado da presença do ensino superior na cidade?
- Que relações você estabelece entre o desenvolvimento socioeconômico e cultural da cidade e o ensino superior?
- Como você vê o futuro do ensino superior em São Luís de Montes Belos?



## **APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM GESTORES DAS IES**

Tópicos a serem abordados:

- Qual é a importância da faculdade para a cidade e região?
- Que critérios orientam ou orientaram a abertura de novos cursos?
- Como são as taxas de evasão e de inadimplência?
- O que a IES oferece aos alunos oriundos de outros municípios?
- O corpo docente é local ou de outras cidades?
- A IES pretende se expandir, com a abertura de novos cursos?

## APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS E EX-ALUNOS

- 1 Onde você nasceu?
- ( ) Na cidade ou município de São Luís de Montes Belos
- ( ) ? Em outro município da região
- ( ) Em outro Estado da Federação. Qual? \_\_\_\_\_
- 2 Se você mora em outro município, recebe ajuda de transporte?
- ( ) Sim ( ) Não
- 3 Atualmente, você mora onde?
- ( ) Na cidade ou município de São Luís
- ( ) Em cidades ou municípios da região. Qual? \_\_\_\_\_
- 4 Por que escolheu o curso que faz ou que fez?
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_.
- 5 Quem paga ou pagou suas mensalidades?
- ( ) Meus pais
- ( ) Meus parentes
- ( ) Somente eu
- ( ) outros. Quem? \_\_\_\_\_
- 6 Por que escolheu fazer uma Faculdade em São Luís de Montes Belos?
- ( ) por ser a cidade mais próxima
- ( ) por ofertar o curso da minha preferência
- ( ) pela qualidade do curso